

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende realizar uma reflexão relativamente à relação das beneficiárias da medida do RMG/RSI e o mercado de trabalho no concelho da Lagoa. Numa altura em que a medida em questão conta com doze anos de existência, entende-se ser necessário realizar um balanço relativamente à sua capacidade de gerar inserção social por via do trabalho, uma vez que este é um dos seus principais objectivos.

A escolha deste tema prendeu-se com aspectos de ordem académica, profissional e pessoal. Ao nível académico, considera-se que o estudo dos contextos de pobreza nos Açores constitui um tema sempre actual e relevante, uma vez que se verifica que, nesta região, o número de beneficiários da medida do RMG/RSI tem vindo a crescer substancialmente ao longo dos anos (cf. Anexo I). Esta situação é sentida, de uma forma particular, em determinados concelhos, como é o caso da Lagoa, sendo que se constata que a percentagem de beneficiários face à população residente (10,41%) atinge valores que superam claramente não só a média regional (7,31%), como os números de outros distritos do país (cf. Anexo II). Deste modo, considera-se que se está em presença de uma realidade que merece ser estudada.

A motivação de ordem profissional deve-se ao sentimento de que uma das maiores dificuldades ao nível do trabalho desempenhado junto da população beneficiária do RSI consiste na sua inserção laboral, a qual é um dos pontos basilares da medida. Esta dificuldade ganha especial relevo quando se trata, em específico, do género feminino, uma vez que adquire, neste conselho, contornos muito particulares ao nível da motivação das beneficiárias. Assim sendo, a escolha deste tema surge como uma forma de trazer à superfície estas dificuldades sentidas pelos técnicos que trabalham no terreno com a população beneficiária do RSI, de modo a que se reflecta sobre estas questões e se deixem linha orientadoras para que se encontrem formas de tornar mais eficazes as políticas sociais (neste caso o RSI), e conseqüentemente, a actuação do serviço social.

Por fim, a motivação de ordem pessoal para a escolha deste tema prendeu-se não apenas com o gosto pelo mesmo, mas também com uma vontade pessoal de deixar mais um contributo para o fortalecimento e enriquecimento da investigação em serviço social.

Assim sendo, os objectivos gerais que se pretendeu atingir com esta pesquisa foram: analisar se os aspectos da trajectória de vida das beneficiárias de RSI do concelho da Lagoa influenciam a decisão de ingressar o mercado de trabalho ou não; e perceber se o RSI, enquanto medida de protecção social, tem promovido a inserção laboral das beneficiárias do

concelho em causa, ou se, pelo contrário, tem contribuído para a reprodução de aspectos que mantêm a dependência da prestação.

Deste modo, estruturou-se o presente trabalho em três capítulos. O capítulo I realiza o enquadramento teórico que suporta o tema escolhido, sendo que a problemática é construída em torno de eixos teóricos como o Estado-providência e as políticas sociais, a pobreza e exclusão social face à inserção social e as questões de género e o mercado de trabalho no contexto do RSI.

No segundo capítulo realiza-se o enquadramento metodológico da pesquisa, sendo este o espaço em que se operacionalizam as estratégias, métodos e técnicas de investigação que irão desenhar a pesquisa.

O capítulo III é reservado à apresentação e análise dos resultados que se atingiu com a pesquisa. Posteriormente, seguem-se as considerações finais que têm por objectivo a realização de uma reflexão global dos resultados a que foi possível chegar com a pesquisa e, por fim, a bibliografia e os anexos.

CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O presente capítulo tem como principal objectivo aprofundar os três eixos teóricos que servem de suporte às questões da relação das beneficiárias de RSI com o mercado de trabalho, nomeadamente: o Estado-providência e as políticas sociais, os fenómenos da pobreza e exclusão social face à inserção social e, por fim, as mulheres e o mercado de trabalho no contexto do RSI.

1. O ESTADO-PROVIDÊNCIA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

1.1. A emergência do Estado Providência

O Estado-providência consolida-se, em grande parte dos países europeus, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, num cenário em que o modelo político assenta no Estado de direito e em que a conjuntura económica é de crescimento e pautada por uma situação de pleno emprego.

O Estado-providência surge como uma consequência imprescindível do fenómeno de diferenciação e desenvolvimento das sociedades que perante acontecimentos como o processo de industrialização e urbanização, a divisão social do trabalho e o aparecimento de hierarquias funcionais e profissionais, representativos da instauração de uma sociedade de mercado, provocam na sociedade a necessidade novas formas de solidariedade nas quais o Estado tenha um papel activo na economia e questão social. (Mozzicafredo, 1997). Assim, pretendia-se uma maior integração social, uma vez que a decomposição das antigas estruturas sociais de inserção dos sujeitos fizeram aumentar o grau de incerteza perante determinados riscos.¹ Para o amadurecimento desta concepção foi fundamental a experiência retirada da crise da década de 1930, em que se percebeu que o livre funcionamento do mercado só por si não apresentava garantias de produção de bem-estar.

Deste modo, o principal objectivo deste modelo político consistia em garantir o bem-estar social através da redução das incertezas, da promoção da segurança individual e

¹ A noção de risco social reporta-nos à ideia de que qualquer indivíduo se encontra à mercê de um determinado conjunto de riscos de que são exemplo o desemprego, a doença, a invalidez e a velhice.

colectiva, bem como de uma maior justiça social, propiciando, então, o aumento da igualdade de oportunidades e a correcção das desigualdades sociais (Rosanvallon, 1984; Mozzicafredo, 1997; Mishra, 1995). Pretendia-se, portanto, promover as condições necessárias para que os indivíduos exercessem efectivamente o seu direito de cidadania, sendo que o Estado interviria ao nível da economia, propiciando a criação de emprego, bem como ao nível social, produzindo o acesso universal a sectores essenciais como a educação, a saúde e a segurança social.

Desta feita, é instituída uma relação contratual de protecção social entre o indivíduo e o Estado (Mozzicafredo, 1997) que visa assegurar os direitos sociais e constituir formas de redução do risco social, por meio de esquemas de protecção social mínima.

O modelo de Estado-providência generalizou-se gradualmente a muitos outros países, tendo adoptado diferentes tonalidades de actuação consoante as diferentes conjunturas e realidades nacionais. Apesar disso, e de forma genérica, é possível identificar quatro domínios nos quais a sua actuação se desenvolve: a democracia (enquanto forma de enquadramento político-institucional); a expansão dos direitos de cidadania (sobretudo os direitos sociais e laborais); a consolidação das normas (que pretende o aumento da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais); e a institucionalização dos direitos associativos (Mozzicafredo, 1997).

1.2. O Estado-Providência em Portugal

A implementação do Estado-providência em Portugal foi tardia comparativamente à maioria dos países europeus, pois só após a revolução de Abril de 1974 se conseguiu implementar um Estado de direito.

Este facto veio influenciar os contornos pelos quais este recém-formado Estado-providência se viria a caracterizar pois, à data da sua formação, a conjuntura económica internacional já apresentava sinais de crise (desemprego, inflação e estagnação) que influenciavam as estruturas dos Estados-providência formados no pós-Guerra, onde já era visível o crescimento das despesas públicas e a diminuição das receitas. Assim, os Estados-providência mais recentes obrigaram-se a refrear expectativas, conter gastos e procurar soluções de iniciativa privada para necessidades sociais (Mishra, 1995).

A conjuntura internacional não foi a única responsável pela feição que o Estado-providência Português veio a revelar. Também o atraso no desenvolvimento capitalista português e facto da sociedade portuguesa ser fortemente tradicional ao nível das estruturas

económicas, sociais e demográficas vieram contribuir para que o Estado-providência de Portugal não atingisse a plenitude da sua eficiência enquanto sistema de protecção social (Mozzicafreddo, 1997).

O facto do Estado-providência em Portugal nascer numa conjuntura de crise fez com que rapidamente se sentissem alguns sintomas desta, nomeadamente o acentuado crescimento das despesas públicas em relação às receitas.

1.3. A crise do Estado-providência e a medida do RMG / RSI

A implementação da medida do RMG / RSI tanto nos vários países europeus como (ainda que tardiamente) em Portugal surge num contexto em que se acentuam as “profecias” relativas à crise do Estado-providência e como uma tentativa de resposta a esta crise.

Podem-se apontar duas faces a esta crise: uma de cariz financeiro e outra relacionada com a legitimidade da concepção de Estado-providência (Rosanvallon, 1984; Fitoussi e Rosanvallon, 1997; Capucha, 1998 a).

No que concerne ao aspecto financeiro da crise, este prende-se essencialmente com o aumento das despesas numa proporção superior às receitas, as quais demonstram exactamente a tendência inversa (Rosanvallon, 1984). Ademais, assiste-se à diminuição acentuada do ritmo de crescimento económico verificados durante a década de 1960, bem como à alteração demográfica das estruturas populacionais portuguesa e europeia que tendem para a redução dos activos e a um acréscimo dos pensionistas resultante do aumento da esperança média de vida (Medina, 1996). Um outro aspecto prende-se com a melhoria ao nível das prestações, o que contribuiu para o aumento dos encargos para os fins em questão, assim como o facto de ocorrer o incumprimento sistemático por parte do Estado das transferências do Orçamento de Estado para o Orçamento da Segurança Social, de modo a garantir a cobertura dos custos provenientes do regime não contributivo (Mozzicafreddo, 1997).

Relativamente à crise de legitimidade do Estado-providência, está relacionada com a anterior, contudo foca aspectos de maior profundidade que põem em questão o modelo de Estado-providência europeu.

Uma das principais críticas apontadas a este modelo reside no facto deste não ter conseguido erradicar o fenómeno da pobreza, tendo-se assistido não só a um aumento das situações de desigualdade social e de pobreza, mas também a uma diversificação das suas formas (Laville, 2001). É de salientar que esta situação ocorre em paralelo com o aguçar de uma tendência social para o enfraquecimento dos laços sociais de proximidade e crescente

individualização, facto que se encontra na base daquilo a que se passou a designar de exclusão social (Rosanvallon, 1997; Silva, 1998).

Ainda a este respeito, são de mencionar as críticas neoliberais ao Estado-providência que vão no sentido do efeito desincentivador para o trabalho que poderão ter os apoios sociais aos mais desfavorecidos (Laville, 2001; Gough, 2001).

É perante este panorama que, em 1992, o Conselho de Ministros elabora uma resolução que delineava os traços gerais e aconselhava a aplicação em todos os estados-membros de uma nova medida de política social que proporcionasse um rendimento mínimo de modo a responder às situações de pobreza e exclusão social, assim como para fazer face aos novos problemas sociais emergentes. Esta medida pretendia fortalecer a coesão social, num contexto em que se detectava a crescente exclusão de determinadas camadas da sociedade à participação na vida social. Assim, nasce em Portugal, em 1996, o RMG, que em 2003 passa a ser designado de RSI. De um modo geral, é possível identificar dois objectivos nesta medida: por um lado, diminuir o risco de exclusão social e, por outro, proporcionar aos seus beneficiários condições para se autonomizarem desta, sendo o meio eleito para tal o trabalho.

Os principais aspectos caracterizadores desta medida considerados inovadores que se podem retirar de ambas as leis (Lei 19-A/96 de 29 de Julho e Lei 13/2003 de 21 de Maio), consistem no facto desta medida ser considerada um direito universal, pois pode ser requerida por qualquer cidadão, sendo que a sua atribuição depende do montante de rendimentos existentes face à dimensão e configuração do agregado familiar, e não do livre-arbítrio dos técnicos; ser uma prestação pertencente ao regime de prestações não contributivas, prevendo ainda a existência de um programa de inserção; e exigir uma intervenção na base da parceria e da territorialidade.

Da análise atenta de ambas as leis, verifica-se que tanto o acesso como a saída da medida encontram-se associados a questões de rendimento. Contudo, depreende-se que este rendimento de saída seja proveniente do trabalho, sendo este um conceito central em toda a redacção legal, em especial quando se remete para as questões da inserção. Com efeito, ambas as leis parecem estabelecer uma espécie de conexão entre a prestação e o impulso para o trabalho, já que as questões da disponibilidade para o trabalho e a inserção dos beneficiários por esta via, surgem de forma bastante vincada a focar nos programas de inserção e como condição essencial para a manutenção da prestação.

Assim, existem autores que defendem que estamos perante uma medida de *workfare* e não de *welfare* (Gough, 2001; Laville, 2001) pois o trabalho surge como uma contrapartida à prestação e o não cumprimento desta directiva implica a cessação da prestação económica. Assim, o trabalho é encarado como um meio de luta contra a dependência de apoios sociais provenientes de financiamento público. Prevê-se ainda que em alguns casos, em vez do trabalho, os beneficiários devam frequentar formações de cariz profissional e social, que permitam a aquisição de novas competências para a futura inserção profissional e social.

O Programa de Inserção consiste na realização, por parte do beneficiário, de determinadas acções acordadas entre este e os parceiros sociais do RSI, de modo a promover a sua inserção na sociedade. A existência desta contrapartida associada à prestação económica justifica-se com três aspectos: a salvaguarda da medida contra as críticas neoliberais assentes na ideia de que os apoios sociais fornecidos pelo Estado-providência constituem um desincentivo ao trabalho (Capucha, 1998 b); a aspiração de combater a exclusão social fomentando activamente a inserção social; e a luta ao desemprego (enquanto dimensão privilegiada no combate mais geral à exclusão social) (Diogo:2003). O Programa de Inserção é celebrado com o beneficiário por um período de 12 meses, o que nos remete para o carácter temporário que a prestação pretende assumir, pressupondo sempre que o período em que um beneficiário aufere esta prestação é um período transitório no caminho para a autonomização e a conseqüente saída da medida.

Esta relação entre a prestação, a inserção e o trabalho assume para a presente pesquisa particular relevo, visto que o texto legal que serve de base à medida coloca a centralidade da inserção primordialmente no trabalho.

2. OS FENÓMENOS DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL FACE À INSERÇÃO SOCIAL

2.1 Aspectos relativos à pobreza e à exclusão social

As questões da pobreza têm cada vez maior atenção no debate contemporâneo uma vez que esta é um traço caracterizador da estrutura das sociedades modernas, pois este fenómeno é percebido de forma negativa, sendo socialmente aceite a necessidade de combatê-lo (Paugam, 2003).

O estudo da pobreza realiza-se à luz de duas perspectivas: a perspectiva sócio-económica e a perspectiva culturalista (Capucha, 1998 a), sendo que esta segunda ganha maior destaque nesta pesquisa.

No que concerne à perspectiva sócio-económica, esta assenta numa base material, pelo que pretende fazer a medição da pobreza: distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa (Centeno, 2001; Capucha, 1998 a). Verifica-se que a pobreza encontra-se directamente ligada à escassez de rendimentos, pois se partirmos do pressuposto que é do nível de rendimento auferido que derivam todas as condições de vida (saúde, habitação, educação, alimentação e acesso aos mais variados aspectos da vida social e cultural), esta pode ser entendida como falta de recursos.

A perspectiva culturalista defende que a pobreza não se restringe a questões materiais e de recursos, dando também origem a “culturas de pobreza”, o que engloba conhecimentos, crenças, valores e representações, capacidades, hábitos e modos de agir que se constituem em estilo de vida transmitido intergeracionalmente, sendo possível falar em “ciclo de pobreza” (Capucha, 1998 a). Assim, o conceito de pobreza possui uma dimensão subjectiva e relacional, a qual demonstra as representações do fenómeno por parte dos indivíduos por ele afectados e a forma como estes se posicionam face à pobreza (Capucha, 1998 a).

Considera-se que a articulação entre estas duas perspectivas é a forma mais vantajosa para definir e analisar o fenómeno multifacetado que constitui a pobreza. Enquanto que a perspectiva sócio-económica centra-se em aspectos materiais que se encontram directamente relacionados com os grupos sócio-profissionais, dinâmicas sociais criadoras de pobreza, dinâmicas de funcionamento do mercado de trabalho, estruturação de políticas sociais quer da parte do Estado, quer da parte das instituições, a perspectiva culturalista gira em torno de elementos da dimensão simbólica da pobreza, tocando a sua produção e reprodução no tempo e no espaço (Capucha, 1998 a).

No que concerne à exclusão social, provavelmente pela abrangência e complexidade do conceito, não existe uma opinião concertada entre os autores a respeito da sua definição.

Etimologicamente, os vocábulos excluído e excluir apontam para algo que se encontra de fora do sistema. Este afastamento pode ser visto através de duas perspectivas: por um lado, uma perspectiva de cariz relacional em que ocorre uma ruptura entre os cidadãos e as suas redes familiares, bem como com a sociedade e, por outro, uma perspectiva de cariz distributivo que reflecte a exclusão social em torno da relação dos cidadãos com os seus direitos sociais (trabalho, saúde, níveis mínimos de vida, educação, participação política), encontrando-se os

cidadãos numa situação de negação ou não efectivação destes direitos (Centeno *et al*, 2001; Costa, 2002; Paugam, 2003; Castel, 1998).

O conceito exclusão social está directamente relacionado com a noção de cidadania, pois esta implica que as estruturas sociais se norteiem pela existência de um quadro de direitos (e deveres) de âmbito cívico, social, político e cultural devidamente valorado pela legislação (nomeadamente pela Constituição da República), sendo que é o benefício destes mesmos direitos e deveres que concede aos indivíduos o estatuto de cidadão. Ora, a análise da realidade faz com que se perceba que o estatuto de cidadão não se encontra acessível a todos, pois a sociedade não concede a todos os seus elementos a mesma oportunidade para usufruir destes direitos nem de cumprir os deveres que lhes estão inerentes (Costa, 2002; Capucha, 1998 b).

A complexidade do conceito de exclusão social relaciona-se com o facto do indivíduo, em qualquer momento da sua trajectória de vida, poder estar incluído em alguns sistemas sociais básicos e excluído de outros, não tendo de estar necessariamente incluído ou excluído de todos estes sistemas (Moller e Hespanha, 2002). A diversidade, complexidade, e o carácter multidimensional destes fenómenos, tem levado a que cada vez mais por se opte por falar em exclusões sociais em vez de exclusão social. De um modo geral, é possível apontar cinco tipos de exclusão social: económica, social, cultural, patológica e por comportamentos auto-destrutivos (Costa, 2002). A prática diz-nos que raramente estes tipos de exclusão aparecem isoladamente, sendo que o mais frequente é o surgimento de situações com vários tipos de exclusão combinados.

2.2.O conceito de Inserção Social no quadro do RSI

A noção de inserção social começou a ser utilizada no debate político português a partir da implementação do RMG, uma vez que um dos seus objectivos primordiais incidia exactamente sobre a questão da “inserção” dos beneficiários, por meio do acordo de inserção.

No entanto, o estudo e desenvolvimento da temática da inserção social remonta à década de 80, no contexto do mal-estar generalizado dos “desinseridos” invocando a necessidade de uma aproximação entre o indivíduo e a sociedade. “A inserção apela a uma luta contra a exclusão, contra a dessocialização e reenvia para essa relação entre o sujeito e as suas redes comunitárias e societárias, apelando para novas formas de aproximação entre os projectos individuais e as possibilidades e recursos societais” (Guerra, 1999:57). Deste modo,

a inserção social deve ser entendida como: “o duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, as famílias e os grupos em situação de exclusão social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e à participação social e, por outro lado, as instituições a oferecer a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar estes processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio e criando os lugares sociais onde se possam colocar.” (Capucha, 1998: 214).

3. AS MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO DO RSI

Os estudos relativos à mulher e às questões da igualdade no mercado de trabalho, são uma temática de investigação recente, pois só a partir da década de 1970 se reconheceu que o género poderia ser um aspecto fundamental ao nível da estruturação de processos de percepção e explicação da realidade social (Giddens, 2008).

No entanto, também outro tipo de variáveis começaram a ser tomadas como importantes de associar às questões de género, como é o caso da classe social, a escolaridade, a profissão, a idade. A combinação destes aspectos é fundamental para o objectivo do presente trabalho, uma vez que se verifica que o acesso ao mercado de trabalho da mulher em contexto de pobreza e de exclusão social não é entendido, desejado, nem possibilitado de forma idêntica no contexto de uma mesma sociedade.

3.1. A diferenciação dos papéis e das relações sociais de género na família

A desigualdade social de género é também produzida e reproduzida no seio da família (Aboim, Wall, 2002, Torres, 2002, Giddens, 2008). A separação do local de residência do local de trabalho desde a revolução industrial, influenciou uma divisão, quase que natural, ao nível dos papéis de género, tendo ficado a mulher “presa” ao seu estatuto de mãe e cuidadora. Hoje, cada vez mais, as mulheres rompem com esta forma de pensar e ingressam no mercado de trabalho conjuntamente com os homens.

Esta situação tem levado a alterações profundas na forma como os papéis de género se encontram organizados na sociedade e na família, conduzindo a mudanças sociais, económicas e culturais que marcam a vida contemporânea: as mulheres casam mais tarde para prosseguir estudos e os filhos nascem mais tarde e em número mais reduzido; aumentam as rupturas conjugais devido à conquista da independência financeira; a entrada no mercado de trabalho

implica que funções que anteriormente competiam exclusivamente à família por acção da mulher passem a ser equacionadas por instituições externas à família; assiste-se a uma luta cada vez mais actual pela distribuição de tarefas relacionadas com a casa e os filhos entre os membros do casal; ao nível económico, com o aumento dos rendimentos a família passa a ser entendida como uma unidade de consumo. (Giddens 2008: Saraceno, 1997).

No entanto, estudos recentes realizados sobre os contextos de pobreza da ilha de S. Miguel enfatizam que o trabalho é entendido como uma forma de garantir o bem-estar da família, verificando-se uma visão tradicional da família e dos papéis de género (Diogo, 2003).

De acordo com a visão de Parsons (1956), as diferenças ao nível dos comportamentos e personalidades masculina e feminina são algo não só necessário como desejado na família e na estrutura social, de modo a garantir a sua subsistência e equilíbrio interno. Assim, a função da figura masculina consiste em assegurar e prover a subsistência da família ao nível das condições materiais de existência por meio do trabalho remunerado e a função da figura feminina prende-se com o cuidar da casa e dos filhos. Neste quadro, é importante referir que a esfera pública permaneceu como espaço destinado aos homens, enquanto que as mulheres se restringiam à esfera privada (Arendt, 1999). Nesta conformidade, para os homens englobados nos contextos de pobreza da ilha de S. Miguel, o trabalho feminino assume-se como uma ameaça ao seu papel na família, pelo que a opção pelo não trabalho acaba por não ser somente feminina mas uma decisão partilhada ao nível conjugal (Diogo, 2003).

A divisão do trabalho entre os sexos, foi também estudada pela teoria marxista, nomeadamente por Engels na sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicada em 1984 (embora apenas ao nível das classes burguesas). Esta teoria defende que a divisão sexual do trabalho, em que a actividade doméstica se encontra separada da actividade de produção, resulta da implementação de um tipo de estrutura familiar característica do capitalismo, a qual coloca a mulher numa condição proletarizada ao nível do espaço familiar. Assim, preconiza-se que a reversão desta condição da mulher depende da sua entrada na esfera de produção.

Nos dias de hoje, os estudos efectuados junto de populações de classes mais desfavorecidas na RAA (Diogo, 2003) revelam que este ideal da mulher enquanto cuidadora da casa e da família, responsável pelos afazeres domésticos e afastada da esfera de produção se mantém bastante vincado e presente, o que já não ocorre nas restantes classes sociais. Assim sendo, para a análise das temáticas do género, sobretudo no que toca à sua relação com a participação na esfera de produção, torna-se essencial incluir outras variáveis, de que é

exemplo a classe social, uma vez que a diferentes posições sociais das famílias correspondem diferentes tipos de postura face ao emprego feminino (Giddens, 2008; Amâncio, 1998; Aboim, Wall, 2002, Torres, 2002; Poeschl, 2000).

3.2. O processo de reprodução social e as determinantes para a opção de não ingresso no mercado de trabalho

É comum na literatura a existência de uma relação entre a origem social e a trajetória pessoal e social (Bertaux, 1978), à qual podemos chamar de reprodução social, entendida, como “o processo mediante o qual uma sociedade, através de diversos mecanismos, reproduz a sua própria estrutura” (Maia, 2002: 323), conduzindo, frequentemente, à determinação social dos percursos pessoais.

São vários os factores que contribuem para a ocorrência desta reprodução social, sendo o seu estudo feito à base de categorias de análise, como é o caso da “distribuição antroponómica” de Bertaux (1978) e, inspirada nesta primeira, a “trajetória social acumulada” de Diogo (2007 b). Com efeito, a opção feminina pelo ingresso ou não no mercado de trabalho também é influenciada por estes factores, dos quais de destacará a família, a escolaridade, a classe social e a idade.

A família constitui, sem dúvida, o local privilegiado de distribuição e produção antroponómica, uma vez que é possível a identificação de famílias de classe que agem de formas diferenciadas consoante a classe social em que estão integradas, sendo, assim, a socialização dos indivíduos um processo inteiramente cultural (Bertaux, 1978). Deste modo, se uma criança do género feminino pertence a uma família de um estrato social cuja função feminina no espaço doméstico é muito valorizada em detrimento do desempenho de funções no espaço externo à habitação, é comum que esta venha a reproduzir este padrão familiar, pois este património cultural estrutura profundamente a personalidade.

No que concerne à escolaridade, nas sociedades actuais esta encontra-se associada a ideais de igualdade de oportunidades. Contudo, a escola é o principal motor de reprodução das relações de produção, uma vez que, segundo Bourdieu e Passeron, as crianças oriundas de classes populares possuem um *handicap social* que não permite a aquisição dos conteúdos como ocorre nas outras classes (Bertaux: 1978).

No caso das beneficiárias de RSI denota-se que estas possuem, em regra, escolaridades muito baixas e não atribuem valor ao percurso escolar (MSST, 2002). Em consequência disso,

o acesso ao mercado de trabalho restringe-se a poucas oportunidades de emprego e sempre em actividades pouco qualificadas. Assim, quanto mais baixa for a escolaridade de uma mulher, maior é a probabilidade desta possuir uma fraca relação / motivação para com o mundo do trabalho.

No entanto, há que referir que a escolaridade é o meio primordial para que as mulheres consigam romper com o papel tradicional de cuidadora do lar e da família e ingressarem no mercado de trabalho em condições de igualdade com os homens. Quer isto dizer que quanto maior for o investimento de uma mulher na educação, mais probabilidade esta terá em termos de oportunidades ingressar o mercado de trabalho (Costa *et al*, 1985; Benavente *et al*, 1996; Branco e Gonçalves, 2001; DGEEP, 2006).

A variável classe social encontra-se relacionada com a escolaridade, pois é o nível de habilitações que irá ditar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e, em consequência deste, o lugar que é ocupada na estrutura social.

Classe social “ é um conjunto de indivíduos que se relacionam e agem de maneira similar quando sujeitos a constrangimentos e condições semelhantes. A ela está associada, em regra, uma cultura, ou seja, um conjunto de normas e práticas que condicionam a existência dos indivíduos e se exprimem em modos de comportamento (...) socialmente reconhecidos e reproduzidos em qualquer contexto, quer esperado, quer imprevisto” (Maia, 2002: 58). Tendo em conta que o presente estudo dá particular atenção aos contextos de pobreza, iremos centrar-nos nas classes mais desfavorecidas, onde o facto da mulher não estar inserida no mercado de trabalho culmina na maioria das vezes em situações de insuficiência de rendimentos para fazer face às despesas do agregado familiar, levando muitas famílias a recorrer à medida do RSI para colmatar estas dificuldades financeiras.

Assim, no contexto das classes mais desfavorecidas assiste-se à grande valorização do papel da mulher enquanto doméstica. Daí que seja comum notar-se uma certa resistência no que toca aos aspectos do programa de inserção no âmbito da medida do RSI relacionados com a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Deste modo, “as razões para uma opção pelo não trabalho podem passar por questões relacionadas com as contingências das relações sociais concretas de cada pessoa, constrangidas pelo substrato cultural que forma boa parte do mundo social em que se constroem e vivem” (Diogo, 2007 b).

Quanto à variável idade, é possível referir que a análise de dados estatísticos recentes (cf. Anexo III) indicam uma tendência das gerações mais novas estarem a optar mais pela decisão de ingressar o mercado de trabalho em vez seguir o padrão de domesticidade das

gerações anteriores. Contudo, é ainda bastante frequente encontrar nas classes mais baixas um grande número de mulheres muito jovens cujo projecto de vida se encontra centrada na casa e na família.

Para além dos efeitos da reprodução social, há que atender ao facto da RAA em termos económicos assentar numa certa especialização junto de determinadas actividades (pecuária, a agricultura e a pesca) marcadamente masculinas em termos sociais, que se encontram vedadas às mulheres (Pontes, 2006).

3.3. Mulheres beneficiárias de RSI: a opção pelo não-trabalho e a identidade centrada no lar e na família

O conceito de não-trabalho não é um sinónimo de desemprego, pois enquanto que este último aponta para algo que não é uma opção do indivíduo, uma vez que este deseja possuir a condição de trabalhador e desenvolve esforços para a obter, o não-trabalho, ao contrário, é um estado que reflecte uma opção do indivíduo por se manter ausente do mercado de trabalho, não desenvolvendo qualquer esforço ou demonstrando qualquer intenção de se inserir neste (MSST, 2002). Um exemplo claro de não-trabalho que pretendemos abordar na presente dissertação é o caso das domésticas. “ Por trabalho doméstico entende-se o trabalho relativo às tarefas domésticas” (Maia, 2002: 391), as quais incluem as tarefas relacionadas com a manutenção do espaço da habitação, educação dos filhos e aspectos relacionados com a vida familiar (compras, idas com as crianças a consultas médicas, prestação de cuidados aos membros doentes da família, entre outros).

Quanto ao segundo conceito em questão, a identidade social é “ (...) o resultado simultaneamente estável e provisório, individual e colectivo, subjectivo e objectivo, biográfico e estrutural dos diversos processos de socialização que, em conjunto constroem os indivíduos e definem as instituições”(Dubar, 1997:105).

A identidade de um determinado indivíduo ou grupo não existe de uma forma isolada relativamente ao contexto social em que se encontra inserido. Também a identidade de uma determinada sociedade se constrói pela observação dos percursos individuais e grupais dos indivíduos que compõem uma dada sociedade. Assim, é possível referir que a identidade de género é também algo em que não intervém apenas a trajectória pessoal, sendo também socialmente construída. (Dubar, 1997)

O trabalho é considerado como um fenómeno social, o que significa que as características e as decisões com ele relacionadas não são apenas fruto de decisões individuais, mas também de determinados aspectos e contextos sociais (Albert *et al*, 2004). É nesta perspectiva que iremos aprofundar a relação/opção pelo trabalho ou pelo não trabalho das beneficiárias de RSI.

A medida do RSI, enquanto recurso, acaba por produzir consequências importantes ao nível identitário nos indivíduos que dela beneficiam (Diogo, 2003) e, por esta razão, esta medida pode ser entendida como uma forma de aceder a um emprego ou melhorar as suas competências habilitacionais para aceder ao mercado de trabalho. Mas esta medida, devido à componente monetária que envolve, pode também desencadear um efeito perverso, que reside na modulação de uma identidade social cujo pilar principal não seja a relação com o trabalho, mas sim, um substituto deste.

A análise das estatísticas da RAA indica que esta é uma região do país em que a taxa de actividade feminina é bastante baixa, comparativamente à média nacional (cf. Anexo III). Ademais, se nos centrarmos nas estatísticas de caracterização da população beneficiária de RSI, verificamos que a percentagem mais elevada de ocupação das mulheres reside no grupo das domésticas. Estes números parecem revelar um determinado padrão social que merece ser explorado.

Com efeito, a análise das profissões das mulheres em contextos de pobreza que optaram pela inserção laboral aponta para actividades profissionais desqualificadas e precárias (ausência de contratos e de protecção social), consideradas de baixo prestígio social, relacionadas com serviços pessoais e domésticos, e marcadas pela instabilidade (facilidade de despedimento) e fraca remuneração relativamente à sua penosidade.

Além disso, vários autores (Diogo, 2007 b; MSST, 2002; Dubet, Véréttout, 2001) vêm ainda chamar a atenção para um outro aspecto que se prende com os gastos invisíveis inerentes ao trabalho, nomeadamente, custos com os transportes, com o vestuário quer das próprias, quer das crianças, local para deixar as crianças em segurança durante o horário de trabalho, entre outros.

Estes dois aspectos (condições de trabalho e gastos invisíveis inerentes ao trabalho) são fundamentais para que a opção pelo não-trabalho seja uma dominante no grupo das mulheres pertencentes a classes sociais desfavorecidas, uma vez que os ganhos proporcionados pela obtenção de um emprego, nem sempre são, para estas, suficientemente

atractivos e compensadores quando comparados com os ganhos sociais, simbólicos que outras actividades ou outras prestações sociais proporcionam.

Uma outra questão que se reveste de uma relevância particular quando analisamos a situação das mulheres em contextos de pobreza e exclusão social, tem a ver com a questão da identidade centrada no lar e na família. Para as mulheres de classes desfavorecidas, o espaço de identificação prioritário é a casa e a actividade privilegiada baseia-se no cuidado desta e dos filhos, pelo que a construção da sua identidade alicerça-se no papel de mãe e dona de casa. Em termos sociais é conferida à mulher uma opção socialmente aceite entre o mercado de trabalho e permanência em casa, sendo que esta possibilidade de opção se encontra socialmente vedada aos homens, que ao optarem pelo não trabalho deixam de ser socialmente bem reconhecidos. Assim, perante as dificuldades sentidas ao nível do mercado de trabalho, a opção pela identidade de mãe e dona de casa é a forma mais fácil e socialmente respeitável de identidade positiva que resta às mulheres.

“Se as características do trabalho possível não desempenham um papel preponderante na formação de uma identidade social, os filhos (mas também o papel de doméstica) são traços identitários socialmente valorizados com base nos quais esta é construída. Estes traços funcionam como uma verdadeira âncora identitária à qual o indivíduo se agarra, por forma a ser valorizado e prestigiado face a si próprio e aos outros” (Diogo, 2003: 112).

Em suma, com o presente capítulo pretendeu-se enquadrar teoricamente o tema, tendo-se iniciado com o enquadramento do RMG/RSI no contexto do Estado-providência e, posteriormente, efectuado uma aproximação gradual ao tema pretendido, focando as questões relacionadas com a pobreza e a exclusão social e a mulher pertencente a estes contextos perante o mercado de trabalho. O capítulo que se segue irá focar os aspectos metodológicos pelos quais se norteará a investigação.

CAPÍTULO II - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Neste segundo capítulo pretende-se explanar as opções metodológicas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa. Deste modo, começar-se-á por abordar a orientação e enfoques que se entendeu serem os mais adequados à pesquisa e, posteriormente, explorar-se-á a opção relativamente às técnicas de recolha e análise dos dados.

1. ORIENTAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Após se ter assentado “um conjunto de perguntas de investigação, a próxima tarefa será a de engendrar formas para lhes dar resposta” (Blaikie, 2000: 85), isto é, procurar a lógica ou estratégia de investigação que mais se adapta aos objectivos pretendidos.

De um modo geral, é possível identificar três tipos de estratégias metodológicas que se distinguem essencialmente no que concerne às finalidades analíticas diferenciadas, géneros de resultados distintos e modos particulares de orientar a investigação. São elas: a estratégia de investigação extensiva-quantitativa, a estratégia de investigação comparativa-tipológica e a estratégia de investigação intensiva qualitativa (Costa, 1999).

Porém convém salientar que a razão de ser desta tipologia reside apenas na procura de estruturação e coerência metodológica numa investigação, não significando que não se possa recorrer a aspectos característicos de outro dos tipos de estratégia metodológica identificados, nomeadamente no que diz respeito às técnicas de recolha e análise da informação empírica.

No caso da investigação que se pretende ver desenvolvida, e tendo em conta que esta pretende incidir sobre a relação das mulheres beneficiárias de RSI do concelho da Lagoa com o mercado de trabalho, adoptou-se uma lógica de investigação intensiva. Esta opção deve-se ao facto deste tipo de estratégia metodológica ser consistente na pesquisa daquilo que Firmino da Costa designa de “unidade social singular” (Costa, 1999: 10), ou seja, um determinado grupo específico que, neste caso, são as beneficiárias de RSI do concelho acima identificado, existindo o objectivo de se descrever e caracterizar de forma profunda a sua relação / articulação com o mercado de trabalho.

Considera-se, assim, que esta é a estratégia de investigação mais adequada e eficaz para “ analisar em profundidade as características, as opiniões, uma problemática relativa a uma população determinada, segundo vários ângulos e pontos de vista” (Almeida, 1994: 198).

“Visa-se assim, contribuir para a elucidação daquilo em que consiste a singularidade do caso, em especial do que nela decorre daquela articulação específica de dimensões, mas, também, para o esclarecimento dos modos como, em algumas destas dimensões, ele se relaciona com domínios sociais mais vastos” (Costa, 1999: 11).

Outra razão para a opção por esta lógica intensiva de investigação relaciona-se com o facto desta privilegiar a abordagem directa com as pessoas nos seus próprios contextos de interacção. Se tivermos em consideração que a actuação do Serviço Social, na sua prática profissional, assenta neste mesmo pressuposto e que a temática de investigação escolhida surgiu exactamente de uma inquietação / preocupação resultante deste processo interactivo com as beneficiárias de RSI no contexto onde decorre a actividade profissional, então faz todo o sentido que seja esta a lógica de investigação escolhida.

Assim, pretende-se não só aprofundar (e criar novo) conhecimento relativo à temática em questão, mas sobretudo estabelecer uma aliança entre a investigação e a intervenção, de modo a “alargar o leque de alternativas viáveis a desenvolver a acção profissional, no âmbito das relações entre profissional / instituição e utentes e no nível mais vasto da formulação das políticas sociais” (Martins, 1999: 58).

2. A UTILIZAÇÃO COMBINADA DOS ENFOQUES DE NATUREZA QUANTITATIVA E QUALITATIVA

Numa primeira visão, os métodos qualitativos podem parecer normalmente mais adaptados aos estudos que se esperam ver realizados em serviço social. Como se pretende que a temática da investigação surja através da prática, supõe-se que já se conhece relativamente bem o fenómeno em estudo, sendo possível garantir um alto grau de controle do contexto de investigação quando se pretende testar hipóteses ou simplesmente descrever com exactidão as características específicas de uma população.

No entanto, a leitura atenta das perspectivas de diversos autores (Flick, 2005; Fortin, 2003; Sampieri, 2006) mostra uma abordagem metodológica relativamente recente que consiste em combinar, no contexto de uma mesma pesquisa, as abordagens quantitativa e qualitativa, que durante muito tempo foram vistas metodologias antagónicas. Contudo, teve-se subjacente que a opção por esta metodologia de combinação assentou na natureza da questão a investigar, ou seja, no caso da presente pesquisa, parece-nos que, embora seja dada prevalência à metodologia qualitativa, será enriquecedor optar pela combinação de ambas as

metodologias (qualitativa e quantitativa), uma vez que para se ter uma dimensão mais abrangente do fenómeno do relacionamento com o mercado de trabalho das mulheres beneficiárias de RSI do concelho da Lagoa será importante, numa primeira fase, aplicar metodologia quantitativa no sentido de conhecer e quantificar a população beneficiária de RSI deste concelho e, em particular, a população feminina em idade laboral, tentando, numa segunda etapa, descobrir a frequência com que esta população realiza acções que manifestam a opção ou não pelo ingresso no mercado de trabalho.

Esta análise numérica e estatística, apesar de fornecer uma panorâmica bastante útil ao nível da caracterização e frequência da ocorrência do fenómeno, não se mostra, contudo, suficiente para explicar a experiência subjectiva da relação que esta população específica estabelece com o mercado de trabalho, sendo, por isso necessária a aplicação de metodologia qualitativa para se atingir um grau de conhecimento mais profundo acerca das razões pelas quais o fenómeno ocorre. Além disso, a acção do serviço social, tanto ao nível da prática, como ao nível da investigação atribui, em geral, um valor considerável às pessoas com quem trabalha, esforçando-se por abarcá-las no processo e investigação; confere individualidade ao sujeito; coloca a subjectividade no seu contexto social; reconhece as estruturas e processos sociais que servem de base a que cada um compreenda o mundo envolvente de uma maneira peculiar e própria. Este tipo de estudo exige indubitavelmente uma grande flexibilidade na actuação, que só é realizável pela aplicação dos métodos qualitativos (Martins, 1999).

No fundo, o que se pretende é a utilização de ambas as metodologias, em que na “abordagem quantitativa os dados numéricos fornecem conhecimentos objectivos no que concerne às variáveis em estudo [permitindo] delimitar o problema de investigação e suprir os efeitos de variáveis estranhas (...) [e] a abordagem qualitativa concentra-se em demonstrar a relação que existe entre os conceitos, as descrições, as explicações e as significações dadas pelos participantes e investigador relativamente ao fenómeno (...)” (Fortin, 2003: 322).

Deste modo, parece-nos que a combinação destas duas metodologias poderá contribuir para o aumento da fiabilidade dos resultados, uma vez que são aproveitadas as vantagens de ambas as visões e compensados os pontos fracos de cada um dos métodos.

Segundo Flick (2005) a combinação da metodologia quantitativa e qualitativa pode ser feita de forma sequencial ou em simultâneo, sendo que na presente investigação iremos optar por utilizá-las de forma sequencial, ou seja, utilizando primeiramente a metodologia quantitativa e posteriormente a metodologia qualitativa de modo a focar aspectos diferentes do mesmo problema.

3. TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

A colheita dos dados é uma fase importante do processo de investigação, devendo o tipo de método a utilizar ser escolhido de acordo com a natureza do problema de investigação (Fortin, 2003).

3.1. Consulta de fontes de documentação escritas oficiais

Entendeu-se que a técnica de recolha de dados a utilizar em primeiro lugar iria assentar na consulta das fontes de documentação escritas oficiais (Albarelo, 1997), mais precisamente na consulta da informação constante dos processos de RSI do concelho da Lagoa.

Os dados a recolher para fundamentar a investigação em causa serão centrados exclusivamente no presente, ou seja, pretende-se realizar uma análise a todos os processos de RSI activos até à data de 31 Janeiro de 2009, tendo-se apurado serem em número de 404 os processos activos. De modo a facilitar a análise dos processos de RSI será efectuada uma grelha de análise da qual irão constar os seguintes itens: identificação do titular; tipo de família; número de elementos do agregado familiar (segundo o género e idades); identificação dos elementos femininos do agregado com mais de 18 anos; escolaridade dos elementos femininos com mais de 18 anos; ocupação dos elementos femininos com mais de 18 anos; existência de inscrição na APQE Ponta Delgada dos elementos femininos com mais de 18 anos; existência de motivos de dispensa de inserção laboral para os elementos femininos com mais de 18 anos; data do requerimento; existência de processo de RSI anterior; fontes de rendimento familiar e, por último, valor da prestação de RSI.

Saliente-se que esta grelha de análise irá posteriormente ser utilizada na construção de uma base de dados em formato informático, de modo a possibilitar a análise quantitativa destes mesmos dados, através do seu tratamento estatístico (Gauthier, 2000).

Importa, porém, fornecer alguma explicação relativamente a determinadas itens acima referenciados, que poderão suscitar algumas dúvidas, nomeadamente o tipo de família; os motivos de dispensa de inserção laboral para os elementos femininos com mais de 18 anos e as fontes de rendimento familiar.

No que concerne ao tipo de família iremos utilizar a terminologia mais comum ao nível da sociologia da família, a qual caracteriza a família nuclear como sendo composta por “dois adultos vivendo juntos num mesmo agregado com os seus filhos biológicos ou adoptados” (Giddens, 2008:175). A família extensa, por sua vez pode ser considerada “quando outro

parente além do casal de dos filhos, vive na mesma casa ou está em contacto próximo e contínuo com eles” (Giddens, 2008:175). Quanto às famílias monoparentais, torna-se difícil estabelecer uma definição devido à grande diversidade interna desta categoria, contudo, podemos referir que estamos em presença deste tipo de família quando se trata de um adulto vivendo com os filhos. É de ressaltar a maioria destas famílias são encabeçadas por mulheres (Giddens, 2008:183). Para além destas tipologias de famílias focadas ao nível do plano teórica é ainda comum encontrarmos entre os beneficiários de RSI mais dois tipos de famílias: os elementos isolados e os casais. Os primeiros podem ser definidos como alguém “que está separado dos outros elementos de um mesmo conjunto” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2005, tomo XI: 4751), ou seja, são indivíduos que normalmente residem sós e que o agregado é composto apenas pelos próprios (embora possam manter relações de parentesco com outros agregados), enquanto os segundos devem ser entendidos como “par formado por macho e fêmea, marido e mulher” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2005, tomo V: 1838).

Relativamente aos motivos de dispensa de inserção laboral para os elementos femininos com mais de 18 anos, é feita uma referência legal à sua existência, embora o texto legal não os designe especificamente (art. 52º d) do DL 42/2006 de 23 de Fevereiro). Assim, em termos técnico-profissionais, entende-se que tais motivos são: a idade (mais de 54 anos); os problemas de saúde clinicamente comprovados; a prestação de cuidados a filhos menores não integrados em estabelecimentos de ensino (creches, jardins-de-infância e escolas); a prestação de cuidados imprescindíveis a outros elementos do agregado familiar (idosos, deficientes) não integrados em estabelecimentos de suporte social; a prossecução dos estudos (estudantes).

Por fim, entende-se por fontes de rendimento familiar a origem ou proveniência da “totalidade dos rendimentos do agregado familiar”(art. 9 a 16 do DL 42/2006 de 23 de Fevereiro).

É ainda de salientar que a principal finalidade da realização da análise quantitativa, para além do conhecimento da população beneficiária de RSI do concelho da lagoa, em particular do grupo das mulheres e de tentar quantificar objectivamente a sua relação com o mercado de trabalho, reside no facto desta ser fundamental para possibilitar a delineação de grupos de beneficiárias, de modo a que, posteriormente seja possível a selecção da amostra à qual serão aplicadas entrevistas.

3.2. A definição da amostra

O procedimento da amostragem num trabalho de investigação é uma etapa que se reveste de grande importância, pois é a partir dela que se irá proceder à escolha dos sujeitos de uma determinada população a incluir na pesquisa enquanto fontes de recolha de dados, de forma que a população total esteja representada (Fortin, 2003; Flick, 2005; Gauthier, 2003, Sampieri, 2006). No presente estudo, e na impossibilidade de submeter a entrevista todas as beneficiárias de RSI identificadas através da análise quantitativa, é a partir da amostragem que se pretende que sejam escolhidas as beneficiárias de RSI a quem serão submetidas as entrevistas.

Os critérios de selecção destas beneficiárias terão de se reportar obrigatoriamente às características gerais da população que irão ser definidas pelos grupos extraídos da análise quantitativa, uma vez que, “uma amostra é dita representativa se as suas características se assemelharem o mais possível às da população alvo” (Fortin, 2003: 203).

Assim, optou-se por uma amostra probabilística (Fortin, 2003; Flick, 2005; Gauthier, 2003, Sampieri, 2006) devido ao facto deste método de amostragem garantir determinada precisão na estimação dos parâmetros da população, permitindo, assim a diminuição do erro da amostra (Fortin, 2003). Assim, é possível referir que a escolha por esta categoria de amostra assentou num dos seus principais elementos caracterizadores, ou seja, o facto de cada elemento da população ter uma probabilidade conhecida e diferente de zero de ser escolhido aquando da escolha ao acaso para fazer parte da amostra (Fortin, 2003).

Apesar de existirem diferentes tipos de amostragem probabilística (Fortin, 2003; Gauthier, 2003), decidiu-se pela utilização da amostragem aleatória simples de forma a permitir que os elementos que compõem o universo da população tenham a mesma possibilidade de ser escolhidos para integrar a amostra. Em termos de procedimento, pretende-se elaborar uma listagem onde se identifiquem os elementos do universo já agrupados nos respectivos grupos a que pertencem, sendo atribuído a cada elemento um número identificativo que será, posteriormente seleccionado aleatoriamente de entre o universo existente em cada grupo anteriormente identificado.

No que diz respeito à dimensão da amostra, denota-se na literatura em geral (Fortin, 2003; Flick, 2005; Gauthier, 2003, Sampieri, 2006) uma certa reserva em avançar critérios específicos e definidos, sendo esta encarada como uma questão complexa e variável de pesquisa para pesquisa.

Com efeito, a dimensão aceitável da amostra varia de acordo com a investigação, contudo, é possível seguir-se algumas orientações, nomeadamente, “para um estudo descritivo, uma amostra que integre 10% da população é julgado como a dimensão mínima a obter. Se a população é pequena, pode ser necessária uma amostra de 20%” (Carmo, Ferreira, 2008: 214).

Assim sendo, para a presente pesquisa iremos seguir este critério, pelo que serão realizadas 15 entrevistas (5 por cada grupo), tendo sempre em consideração o princípio da saturação e da diversidade da informação (Guerra, 2008).

3.3. A realização de entrevistas semi-dirigidas e análise de conteúdo

A entrevista semi-dirigida pode ser entendida como uma interacção verbal flexível que se centra na verbalização dos elementos alvo da pesquisa, e visa a recolha de informação relativa a factos, ideias, comportamentos, preferências, sentimentos, expectativas e atitudes (Fortin, 2003; Gauthier, 2003).

A opção pela entrevista semi-dirigida (cf. Anexo IV) na presente investigação ocorreu porque se pretende essencialmente compreender a significação dada pelas beneficiárias de RSI ao trabalho e a forma como se relacionam com este e com a prestação auferida, tomando como ponto de partida a sua experiência de vida e visão valorativa e cultural acerca do papel da mulher na família e no mercado de trabalho.

Para além disso, este tipo de entrevista foi escolhido porque possui a vantagem de conferir um determinado grau de liberdade em termos da formulação e sequência das questões, ficando o guião de entrevista elaborado previamente com a configuração que o entrevistador lhe pretender dar consoante o contexto e decurso de cada entrevista.

Saliente-se ainda que após a realização das entrevistas, estas serão alvo de transcrição (cf. Anexo V) de forma a permitir a análise de conteúdo (Bardin, 1977; Guerra, 2006) apoiada no programa informático MAX QDA (versão 2007) (cf. Anexo VI).

Em suma, neste capítulo procedeu-se à apresentação da estratégia metodológica, a qual se encontra inserida na definição do objecto de estudo. Em seguida passar-se-á à apresentação e análise dos resultados.

CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O capítulo que agora se inicia pretende apresentar e analisar os resultados obtidos na investigação, sendo que primeiramente serão apresentados os resultados referentes à análise extensiva-quantitativa e, seguidamente, os resultados da análise intensiva-qualitativa.

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS BENEFICIÁRIOS DE RSI DO CONCELHO DA LAGOA – ANÁLISE EXTENSIVA- QUANTITATIVA

A presente análise resultou do estudo e sistematização dos processos de RSI activos² no concelho da Lagoa à data de Janeiro de 2009 e teve como principal objectivo a caracterização geral dos beneficiários residentes neste concelho e a caracterização da população-alvo deste estudo. Constata-se que à data existiam um total de 404 processos activos, mas, por motivos relacionados com a utilização dos processos, apenas foi possível efectuar a análise de 316 destes processos.

1.1 Caracterização da população beneficiária de RSI do Concelho da Lagoa

Dos processos analisados verifica-se que a maior incidência de processos encontra-se na freguesia de Água de Pau (cf. Anexo VII.1). Quando analisamos a titularidade destes processos por género, verifica-se que maioritariamente são as mulheres as titulares da prestação de RSI.

Importa referir que nestes 316 processos temos um total de 1178 beneficiários da prestação, continuando as mulheres a ser o género mais prevacente entre os beneficiários (52%), embora a diferença de género não se possa considerar muito expressiva (cf. Anexo VII.2). Se atendermos à distribuição desta população por grupos etários (cf. Anexo VII.3), verificamos que cerca de 47% são menores de idade; cerca de 48% encontra-se em idade activa (e a idade activa aqui considera-se até aos 65 anos, visto ser a idade legalmente estipulada como a idade de reforma) e cerca de 4% constituem idosos, o que nos leva a concluir que a população beneficiária é uma população bastante jovem.

Dos processos analisados, constata-se que 58% são famílias nucleares, sendo este então o tipo de família dominante entre os beneficiários (cf. Anexo VII.4). Em termos do número de

² Os processos activos são os processos de beneficiários que se encontram a receber a prestação de RSI

elementos de cada família, o número mais expressivo reside nas famílias de 4 elementos (cf. Anexo VII.5).

A análise efectuada permitiu ainda identificar que fontes de rendimento familiar existem nestes agregados para além da prestação de RSI (cf. Anexo VII.6), sendo que estas incidem essencialmente sobre o trabalho (54,1%), o qual é desempenhado pelos elementos masculinos dos agregados, e sobre outras prestações sociais, sobretudo o subsídio familiar a crianças e jovens (72,7%). Com efeito verifica-se que esta prestação social possui um grande impacto na gestão económica destas famílias, existindo inclusivamente agregados cujo valor desta prestação é considerável. É de salientar que o valor desta prestação não é considerado para efeitos dos cálculo do RSI.

Ainda ao nível das fontes de rendimento, salienta-se que a percentagem de agregados que subsiste apenas do RSI (e eventualmente de outras prestações sociais não contabilizáveis para o cálculo) é bastante reduzido face ao total (cerca de 10%). Por outro lado, o número de agregados cujas pensões de alimentos se encontram contabilizados no cálculo da prestação é bastante reduzido, o que vem traduzir uma realidade com que os assistentes sociais se deparam com muita frequência e que se prende com o facto de aquando das separações conjugais os progenitores se desresponsabilizarem por completo da subsistência dos menores, ficando estes totalmente a cargo das mães. Além disso, é de ressaltar a falta de eficácia do sistema judicial na actuação junto destas situações.

Centremo-nos agora no ano do requerimento dos processos analisados (cf. Anexo VII.7). Verifica-se que o maior volume processual encontra-se nos requerimentos de anos mais recentes, demonstrando que a tendência dos processos activos encontra-se nos anos mais recentes (de 2003 a 2008), enquanto que nos anos anteriores a 2003 o número de processos ainda activos é já bastante baixo. A explicação para este facto deve-se muito provavelmente a factores externos aos beneficiários, que dizem respeito à situação económica do país, uma vez que, ao analisarmos a evolução da taxa de desemprego na RAA (cf. Anexo VII.8), verificamos que esta assumiu uma tendência decrescente de 1998 a 2001 (em que passa de 4% para 2,2%), tendo, a partir de 2002, assumido a tendência inversa, ou seja, de crescimento até 2008 (tendo aumentado de 2,5% para 5,6%). A excepção encontra-se apenas no ano de 1997 (ano da implementação da prestação), em que se presencia que 14,23% dos processos ainda se encontram activos. Apesar de não termos encontrado uma explicação para esta situação deixamos a hipótese de que talvez a maioria destes processos sejam relativos a situações em

que a inserção preconizada ao nível do RSI não se efectua via inserção laboral, mas sim a outros níveis de inserção.

Quanto à existência de processo de RSI anterior ao que se encontra activo na presente data (cf. Anexo VII.9), verifica-se que 65% são processos originários de um requerimento efectuado pela primeira vez. No entanto, convém salientar que em 26% dos processos não foi possível obter a informação se a família já tinha sido beneficiária ou não, devendo-se este facto à forma de arquivo da documentação.

Para finalizar este ponto, resta-nos apenas analisar a distribuição dos processos segundo o valor da prestação de RSI auferida (cf. Anexo VII.10). Assim, verifica-se que a maior incidência de processos auferem prestações entre os 100 e os 300 € funcionando o RSI como um complemento nos rendimentos das famílias beneficiárias.

1.2 Caracterização da população feminina maior de idade

Decidiu-se analisar com maior detalhe a população feminina com mais de 18 anos na medida em que o objecto de estudo incide essencialmente nas mulheres em idade activa. Desta forma não se aprofunda o grupo das crianças e jovens que, como vimos, possui um peso bastante expressivo nesta população. Assim sendo, o universo constitui-se num total de 332 mulheres.

No que concerne à escolaridade destas mulheres verificamos que estas possuem baixas escolaridades, pois 60% destas situam-se ao nível do 1º ciclo do ensino básico, conforme salientado no capítulo I. Observa-se ainda que à medida que aumenta o grau de escolaridade vai sendo cada vez mais reduzido o número de efectivos (cf. Anexo VII.11).

Em termos de ocupação (cf. figura 3.1), verifica-se que das 332 mulheres beneficiárias da prestação, a maioria são domésticas (68%), sendo bastante baixo o volume de mulheres que desenvolve actividade profissional remunerada. Esta constatação sugere que existe, de facto uma clara separação de funções ao nível de género nas famílias beneficiárias da prestação de RSI, cabendo à mulher as funções desenvolvidas ao nível da esfera privada e relacionadas com a prestação de cuidados à casa e aos filhos. Assim, a desenvolver actividade profissional remunerada (tanto no mercado de trabalho como através de programas ocupacionais), regista-se um total de 15,4%, que representam, em termos de frequência, 51 mulheres.

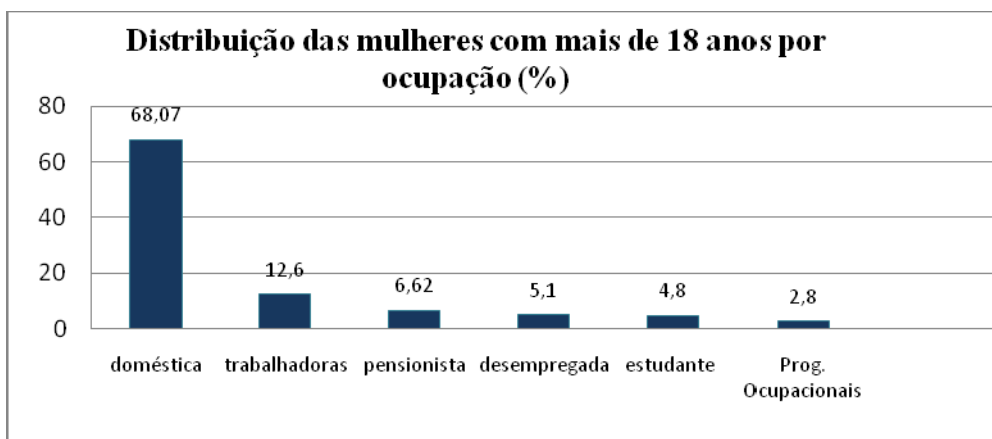


Figura 3.1

A análise à disponibilidade das restantes mulheres para o ingresso no mercado de trabalho foi feita subtraindo do total de mulheres beneficiárias da prestação (332), o número de mulheres que se encontra a desenvolver actividade profissional quer através de emprego, quer através de programa ocupacional (51), resultando um total de 281 mulheres.

Assim sendo, verifica-se que do total de beneficiárias em idade activa e que não se encontram a desempenhar actividade profissional remunerada, apenas 130 (46%) se encontra numa situação de disponibilidade para inserção laboral. Todas as restantes 151 mulheres (54%) encontram-se indisponíveis.

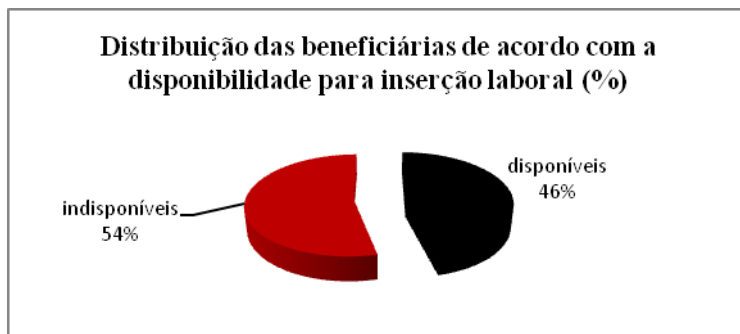


Figura 3.2

Quanto aos motivos que foram identificados para justificar a indisponibilidade para a inserção laboral o mais apontado, como é possível visionar na figura 3.3, centra-se na idade (e convém lembrar que aqui então integradas todas as pensionistas), seguindo-se, com valores próximos, os problemas de saúde e a prestação de cuidados a filhos.

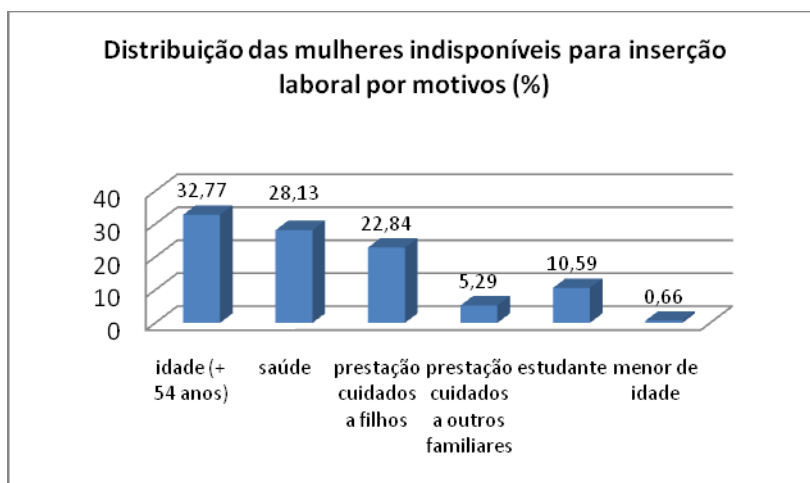


Figura 3.3

Analisando com maior detalhe as 130 mulheres disponíveis para inserção laboral verifica-se que, como mostra a figura 3.4, a grande maioria não se encontra inscrita na APQE (71%), concluindo-se que esta acção não é algo de comum entre as mulheres beneficiárias de RSI. Observando a figura 3.5, verifica-se que das beneficiárias que não se encontram inscritas na APQE 76% esta inscrição não faz parte das acções do Acordo de Inserção e 24% a inscrição é uma acção que consta deste acordo, o que significa que se estas não o fizerem dentro do prazo estipulado, poderão correr o risco da prestação ser cessada por incumprimento do acordo de inserção.



Figura 3.4

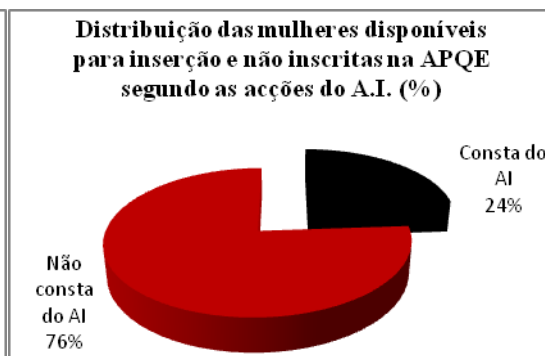


Figura 3.5

O facto da maior parte das beneficiárias de RSI disponíveis para inserção laboral não estar inscrita na APQE, nem esta acção constar do seu Acordo de Inserção mereceu maior reflexão. Nesta perspectiva, os pontos que se seguem irão analisar quer as mulheres inscritas na APQE, quer as mulheres que não estão inscritas.

1.3 Caracterização das beneficiárias disponíveis para inserção laboral mas não inscritas na APQE

O número total de efectivas disponíveis para inserção laboral mas não inscritas na APQE é de 92 beneficiárias. Começando pela idade, constata-se que a maioria destas beneficiárias (cerca de 60%) têm mais de 35 anos (cf. Anexo VII.12), 77% pertencem a famílias nucleares (cf. Anexo VII.13), 53% têm entre dois e três filhos (cf. Anexo VII.14) e a sua escolaridade situa-se maioritariamente ao nível do 1º ciclo do ensino básico (67%) (cf. Anexo VII.15). Quanto à ocupação, verifica-se que 93% são domésticas e só as restantes 7% encontram-se na condição de desempregadas (cf. Anexo VII.16). Esta distinção prende-se com as definições de desemprego e não-trabalho exploradas aquando do capítulo I.

No que respeita ao ano do requerimento (cf. Anexo VII.17), verifica-se que este grupo de beneficiárias segue a tendência geral do concelho, ou seja, existem um número considerável de beneficiárias com processos com um número de anos considerável.

Um aspecto muito importante relativamente a este grupo refere-se ao montante da prestação auferida, cuja média é mais elevada do que a média geral (cf. Anexo VII.18). Deste modo, estas beneficiárias recebem, em média, entre 200 e 400 € podendo ser este um factor explicativo para a falta de inscrições na APQE, uma vez que, tratando-se de valores mais elevados e relativamente próximos do salário mínimo nacional, acabam por achar mais vantajoso receber o RSI e manter o seu papel na família do que ingressar o mercado de trabalho.

1.4. Caracterização das beneficiárias disponíveis para inserção laboral e inscritas na APQE

Quanto às beneficiárias disponíveis para inserção laboral e que se encontram inscritas na APQE, são em número efectivo de 38 e pertencem maioritariamente a grupos etários inferiores ao grupo das beneficiárias não inscritas que analisamos acima, ou seja, 50% das inscritas encontram-se nos grupos etários que compreendem as idades ente os 18 e os 29 anos (cf. Anexo VII.19).

Relativamente à escolaridade (cf. Anexo VII.20), o nível prevalecente continua a ser o 1º ciclo do ensino básico (31,5%), porém, verifica-se um aumento considerável do número de beneficiárias que conseguiram atingir graus de escolaridade mais elevados (2º e 3º ciclos com 26,31% e o ensino secundário com 15,78%), o que nos leva a pensar que existe uma tendência

nas beneficiárias mais jovens para obterem níveis de ensino mais elevados, comparativamente às gerações anteriores.

A família nuclear continua a ser prevacente (cf. Anexo VII.21), com 52,6%, todavia convém ressaltar algumas das inscritas na APQE assumem nestas famílias não uma posição de cônjuge, mas antes a posição de filhas.

A distribuição das beneficiárias inscritas na APQE pelo número de filhos (cf. Anexo VII.22) vem exactamente corroborar esta ideia, pois apesar da coluna mais alta do gráfico apontar para os dois filhos (34,2%), constata-se que os valores para as mulheres sem filhos ou apenas com um filho único (26,3% e 18,4% respectivamente) aumentam consideravelmente face às beneficiárias estudadas no ponto anterior.

Em termos da ocupação (cf. Anexo VII.23), é possível verificar que apesar de continuar a ser dominante o grupo das domésticas (66%), observa-se um aumento muito significativo nas que se consideram como desempregadas (34%) face ao grupo das beneficiárias não inscritas, o que nos leva a pensar que a geração de mulheres mais jovens possui um maior desejo de integração laboral e autonomização da prestação comparativamente às mulheres pertencentes a gerações anteriores.

Quanto ao ano do requerimento (cf. Anexo VII.24), constata-se que os requerimentos das beneficiárias inscritas na APQE são requerimentos recentes, maioritariamente dos anos de 2007 e 2008 (31,5% e 23,6%). Quanto aos requerimentos de datas mais antigas, verifica-se que, nestas situações, estas beneficiárias encontram-se normalmente na situação de filhas do(a) titular.

No que toca ao montante da prestação auferida (cf. Anexo VII.25), este situa-se, à semelhança da média geral do concelho, entre os 100 e os 300 € verificando-se que este montante é inferior ao registado no grupo das beneficiárias não inscritas na APQE.

1.5. Construção de grupos de beneficiárias

Após a análise dos dados quantitativos resultante da análise dos processos de RSI activos no concelho da Lagoa, foi possível formar agrupamentos de beneficiárias, de modo a seleccionar um conjunto de beneficiárias para submeter a entrevista. O critério subjacente à criação destes agrupamentos assentou em variáveis relacionadas com a reprodução social, nomeadamente, a escolaridade e a idade, e, deste modo, foram identificados três grupos de beneficiárias.

Grupo 1: beneficiárias de RSI entre os 30 e os 39 anos, cuja escolaridade encontra-se maioritariamente ao nível do 1º ciclo do ensino básico.

Grupo 2: semelhante ao primeiro, uma vez que engloba mulheres também com escolaridades ao nível do 1º ciclo do ensino básico, mas a faixa etária situada entre os 40 e os 49 anos. A razão pela qual se optou por esta separação de grupo com base na idade prendeu-se com o facto das beneficiárias integradas no grupo 1 terem, à partida, pela idade mais reduzida, maiores probabilidades de inserção no mercado de trabalho.

Grupo 3: beneficiárias entre os 18 e os 29 anos, com escolaridades maioritariamente entre o 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Com base nestes agrupamentos foram seleccionadas as entrevistadas (cf. Anexo VIII) e realizadas 14 entrevistas, uma vez que uma das beneficiárias seleccionadas no grupo 3 acabou por não colaborar com a pesquisa, apesar de inicialmente se ter mostrado receptiva.

Assim, é possível verificar-se que nos agrupamentos 1 e 2 há uma tendência para a manutenção da dependência da prestação, enquanto que no grupo 3 constata-se uma tendência para a autonomização da prestação.

2. A MULHER, A PRESTAÇÃO DE RSI E A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA E COM O MERCADO DE TRABALHO: APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE INTENSIVA-QUALITATIVA

Após a realização da análise quantitativa, que permitiu caracterizar a população-alvo do estudo e agrupar as beneficiárias, torna-se fundamental chegar ao ponto central da pesquisa – a relação das beneficiárias de RSI com o mercado de trabalho. Para tal, procedeu-se à realização de entrevistas e à posterior análise dos discursos das beneficiárias, sendo a partir desta análise que se pretende chegar ao sentido que estas atribuem ao trabalho.

2.1. Ela e o passado: trajectória de vida

A primeira categoria de análise constante das entrevistas reside na trajectória de vida, a qual se subdivide em 4 subcategorias: origem social e familiar, trajectória escolar, trajectória de vida, e trajectória profissional. O objectivo desta análise consiste em traçar, de um modo geral, o historial de vida destas beneficiárias conferindo-lhes uma identidade através do

entendimento dos factores que contribuíram para que estas tivessem entrado num ciclo de pobreza que as tornou beneficiárias do RSI.

2.1.1. Origem social e percepção da vida passada

Da análise de conteúdo das entrevistas, verifica-se que ao nível da profissão dos pais das entrevistadas, estas enquadram-se sobretudo em actividades pouco qualificadas e mal remuneradas como a construção civil, pesca, agricultura e jardinagem. Quanto à profissão das mães das beneficiárias, estas eram / são praticamente na sua totalidade domésticas, sendo de salientar que a única que exercia actividade profissional (enquanto empregada doméstica) aquando da infância dos filhos, não o fazia por opção, mas sim em consequência das circunstâncias de vida, uma vez que o falecimento do marido a obrigou a assumir a função, tipicamente masculina, de garante financeiro da família. É visível no discurso de algumas entrevistadas, ao referirem-se à profissão das mães, a identificação, ainda que de forma leve, de um traço cultural que define que o lugar da mulher na família.

“O meu pai era pescador e a minha mãe teve 10 filhos e ficava em casa a cuidar dos pequenos. O meu pai bebia a sua pinga, mas era um homem trabalhador.” (E. 2)

“Penei muito. Não conheci o meu pai. Ele morreu eu tinha 3 anos. Minha mãe sempre trabalhou muito para agente. Era empregada doméstica, todos os dias.” (E. 6)

“O meu pai era camponês e a minha mãe era em casa. Não havia trabalhos no tempo.” (E. 8)

A situação profissional acaba por ser corroborada pelas baixas escolaridades, quer dos pais, quer das mães das entrevistadas, verificando-se que estas nunca vão além do 1º ciclo do ensino básico, existindo ainda um número significativo que não frequentou a escola, sendo que, no caso dos pais foi verbalizado pelas entrevistadas que estes não frequentavam a escola porque ingressavam cedo a vida activa para ajudar na satisfação das necessidades da família de origem.

“Eles tiraram os dois a 4ª classe.” (E. 5)

“A minha mãe até à 3ª classe. O meu pai, coitadinho, nunca meteu os pés na escola, naquele tempo não era obrigatório. A minha avó botou-o a trabalhar e ele nunca soube o que era a escola.” (E. 9)

“A minha mãe diz que antigamente a escola não era obrigatória, quer dizer, se ela teve escola foi por pouco tempo e o meu pai por igual. Eles não sabem ler nem escrever, a minha mãe sabe fazer o seu nome mas é copiado.” (E. 13)

Ao abordar a temática da infância verifica-se que as entrevistadas encontram-se divididas entre um grupo que descreve a sua infância como um período feliz do qual possuem

boas recordações e, pelo contrário, um outro grupo com infâncias marcadas por problemas de alcoolismo, sobretudo por parte dos progenitores, discussões conjugais e violência.

“Sempre havia alguns problemas. O meu pai gostava de beber. Apoquentava a minha mãe e eu não gostava de ver.” (E. 3)

“O meu pai e a minha mãe brigavam muito. Ele batia na minha mãe e agente via. Também dava nos filhos. Agente tinha medo dele.” (E. 3)

“A família sempre foi muito unida e ainda hoje é. Esta casa está sempre cheia, por isso não pára nada direito. É uma relação muito boa, agente está sempre juntos.” (E. 11)

O facto de serem referidas dificuldades económicas nas famílias de origem das entrevistadas foi um aspecto uniforme, sendo que estas dificuldades, na maioria, não colocavam em causa a satisfação das necessidades básicas. Embora duas das entrevistadas tenham referido não existir problemas económicos nas suas famílias de origem, verificou-se, no decorrer da entrevista, que se trata de uma questão de percepção das entrevistadas, uma vez que acabam por apontar dificuldades económicas que não obstaram à satisfação das necessidades básicas.

Saliente-se, porém, que em quatro das entrevistadas, esta situação não se verificou, pois estas necessidades não estavam asseguradas, originando inclusivamente situações de privação de alimentos.

Os motivos que, segundo as entrevistadas, levavam à existência de problemas económicos incidem no facto de serem famílias numerosas; no consumo excessivo de bebidas alcoólicas e o facto de ser o progenitor o único rendimento da casa, o que associado ao facto de possuir um salário baixo e, por vezes também incerto, causava dificuldades na subsistência da família. Estas questões por vezes surgiam conjuntamente numa mesma família.

“É assim... o meu pai nunca teve grandes dinheiros, mas era um homem que sabia organizar bem o seu dia-a-dia e tinha muita força de vontade. Ele dizia que o querer era poder. Não se podia comer bifes todos os dias, como ainda hoje eu não faço isso! Íamos comendo e vivendo.” (E. 1)

“Sim havia dificuldades, porque o meu pai era camponês e tinham 5 filhos.” (E. 8)

“Como o meu pai era vendilhão de peixe ele tinha boa venda, mas quando acabava de vender o peixe dava na bebida, bebia o dinheiro que ganhava, a minha mãe em casa é que se desenrascava com comida para agente comer (...)” (E. 12)

A resolução dos problemas económicos na família não passava pelo recurso ao apoio dos serviços, uma vez que todas as entrevistadas referem que a família de origem nunca

recebeu apoios sociais, recorrendo a outras estratégias para a resolução destes mesmos problemas como é o caso do recurso às redes familiares de suporte ou a mendicidade.

“Ajuda de serviços?!... Nunca tivemos isso.” (E. 10)

“Antes do rendimento acho que nunca tivemos nenhum apoio”. (E. 11)

“Só familiares de fora que mandavam roupa, sempre ajudava.” (E. 4)

“Era as minhas irmãs casadas que nos ajudavam. Agente ajudava elas e elas davam comidinha agente, a minha mãe não dava para tudo.” (E. 6)

“(…) eu ia pedir esmola porque era a mais desenrascada, tive de trabalhar para tomar Nosso Senhor, eu comia pão com laranja e às vezes ia com as lágrimas a correr de porta em porta pedir esmola. Depois chegava a casa e ficavam todos tão contentes porque eu trazia laranjas, pão e mais coisas...” (E. 2)

“A minha mãe quando não tinha que comer, eu e a minha irmã a baixo de mim, agente saía para pedir esmola e ter o que comer.” (E. 13)

Esta situação leva-nos a pensar acerca da dependência existente relativamente aos serviços, em particular ao RSI (uma vez que entre as entrevistadas acabamos por ter famílias que beneficiam da prestação há vários anos, sem que se tenha verificado a sua autonomização), na medida em que pode ser uma estratégia de sobrevivência desenvolvida pelas famílias num passado relativamente recente, provavelmente datada da aplicação da medida do RMG / RSI em Portugal. Podemos ainda depreender que a actuação do serviço social antes deste período seria algo pouco estruturado e restrito, uma vez que nenhuma destas famílias, apesar da maioria passar por grandes dificuldades, beneficiaram alguma vez de apoios sociais. Ademais, pelo historial relatado pelas entrevistadas relativamente à sua infância, estas, enquanto crianças, estavam expostas e sujeitas a determinadas situações de privação que actualmente, na grande maioria dos casos, não se verificam.

Isto leva-nos a reflectir acerca do sistema de protecção social em Portugal, e consequentemente a actuação do serviço social, que têm registado uma evolução positiva em termos da sua estruturação, abrangência e eficácia na atenuação dos problemas da pobreza e da exclusão social, tendo a medida do RMG / RSI sido um grande contributo para este facto. Inclusivamente os relatos das entrevistadas relativamente à sua condição de pobreza apontam neste sentido.

“Na altura éramos muito pobres, não havia as coisas que há agora. Havia muita falta de condições e não haviam assistentes sociais.” (E. 2)

“Imenso, éramos muito pobres... não tem nada a ver com hoje em dia. Se tivéssemos naquela altura... mas agente amanhava-se, tinha de ser.” (E. 7)

Comparando com a infância das minhas filhas, a minha foi totalmente diferente. (...) Elas não passaram o mesmo que eu passei, eu nem comida tinha para comer. (E. 13)

2.1.2. Trajectória escolar

No que concerne à escolaridade, como foi visto no capítulo I, a maioria das beneficiárias possui baixas qualificações, situando-se ao nível do 1º ciclo do ensino básico (grupos 1 e 2). As excepções a esta situação situam-se essencialmente ao nível das entrevistadas correspondentes ao grupo 3, cujas escolaridades se situam ao nível do 2º e 3º ciclo e ensino secundário.

As beneficiárias submetidas a entrevista elencam essencialmente 5 motivos que justificam o abandono escolar. O primeiro prende-se com as dificuldades económicas sentidas pela família, as quais já foram explanadas anteriormente.

“Ainda fui para a Lagoa onde comecei a fazer o 5º ano, mas tive de deixar porque a minha mãe não podia pagar os meus estudos. Ficou incompleto.” (E. 8)

Em segundo lugar, surge-nos o insucesso escolar, o qual não só é identificado por algumas entrevistadas, mas também visível quando se confronta o nível de escolaridade com a idade de abandono escolar.

“12 Anos. Eu não gostava, as professoras já nem faziam caso porque eu não dava nada, sempre fui cabeça de burra. Eu fugia de escola para vir ajudar a minha irmã. (...) Eu nunca dei nada na escola. Só tive a 1ª classe.” (E. 6)

O terceiro motivo apontado pelas entrevistadas reside na sobreposição da lógica familiar aos estudos, uma vez que estas identificam o apoio à família, concretizado na prestação de cuidados aos irmãos ou no ingresso no mercado de trabalho como forma de complementar os rendimentos familiares, como motivos para deixarem a escola.

“Saí com mais ou menos 13 anos porque a minha mãe começou a trabalhar, ela tinha tido uma menina e as dificuldades eram tantas que eu tinha que tomar conta dela, e eu saí da escola.” (E. 7)

Esta questão da sobreposição da lógica familiar aos estudos, conjuntamente com o quarto motivo identificado pelas beneficiárias que incide sobre factores culturais associados à condição feminina são talvez os mais importantes para o presente trabalho. Da análise dos discursos das entrevistadas, percepção-se que existia uma certa pressão social e familiar que

empurrava estas beneficiárias para o espaço doméstico e para o desempenho de funções domésticas, não sendo comum que, neste estrato social, as mulheres prossigam os estudos.

“Tinha 14 ou 15 anos. Na altura o meu namorado, que é agora o meu marido era camponês e achava que eu tinha de sair.” (E. 1)

“(…) fiquei mulherzinha e a minha mãe retirou-me da escola. Ela era muito “antiga” e tirou-me porque não queria que os rapazes me fizessem mal, porque na altura tinha aparecido muitas raparigas grávidas, e ela não queria que me acontecesse o mesmo e por isso fez aquilo. Eu não concordo.” (E. 12)

“Naquele tempo, quando ficávamos maiores agente até se sentia mal por ainda estar na escola porque as raparigas não estudavam muito, era só até aos 14 anos.” (E. 8)

Por último, há que mencionar que duas das entrevistadas mais jovens (integradas no grupo 3) indicam como motivo para o abandono escolar a desmotivação perante a frequência da escola.

“Tinha 16 anos. Deixei porque me passou pela cabeça, já não tinha aquela vontade. Depois arrependi-me e fui estudar outra vez.” (E. 14)

No que concerne à relação das entrevistadas com a escola, constata-se que a maioria das entrevistadas refere-se a esta como tendo uma boa relação, a qual funcionava como um espaço em que estas podiam ser crianças, escapando quer aos problemas familiares, quer às funções domésticas e de prestação de cuidados aos irmãos de que já eram encarregues pela família apesar de ainda serem bastante jovens. Por outro lado, as beneficiárias que referiam não gostar da escola, justificam a sua posição com o facto da frequência escolar funcionar como um entrave à ajuda financeira que poderiam dar à família, e, por vezes com críticas ao próprio funcionamento escolar.

“Gostava imenso. Quando eu fiquei a tomar conta da minha irmã ficava sempre em casa e na escola eu saía. Sei que tinha outras responsabilidades, adorava conhecer gente nova, os professores eram diferentes do que são agora, apoiavam imenso os estudos e as coisas. Era mesmo diferente de casa e eu sentia-me bem.” (E. 7)

“Não gostava da escola, eu queria trabalhar para ajudar à vida da minha mãe porque o meu pai não ajudava.” (E. 10)

Quanto à relação da família de origem com a escola, apesar das entrevistadas alegarem que esta era uma boa relação, verifica-se que tal resposta se baseia apenas no facto destes mandarem os filhos para a escola por um período mínimo, uma vez que ao cruzarmos com este item com os motivos de abandono escolar, denota-se que foi a família de origem que

esteve, muitas vezes, na origem deste abandono, não mostrando motivação para que as filhas prosseguissem com os estudos.

“Sim, eles obrigavam-me a ir a escola, até ao dia em que fiquei mulherzinha e a minha mãe retirou-me da escola.” (E. 12)

Quando se trata de relacionar o nível de escolaridade com a vida actual, as beneficiárias entrevistadas são unânimes e compreendem que as suas baixas qualificações constituem um entrave não só à sua inserção sócio-profissional, como também em determinadas tarefas do dia-a-dia. Contudo, há que mencionar que duas entrevistadas não fazem esta relação, alegando que a falta de qualificações não possui interferência na sua vida actual.

“Acho que podia ser diferente, porque ia ter estudos, ia ter um serviço que a 4ª classe não dá. Até para limpar casas está difícil agora.” (E. 4)

“Sim, podia ser diferente, às vezes sinto-me mal porque uma pessoa vai para um lado e para o outro e não sabe ler. Não consigo ver um filme nas legendas, quando vêm as cartas eu dou à minha filha para ler. A minha filha já tentou me ensinar, mas não me entra.” (E. 2)

“Acho que não... quer dizer, podia ser que sim e podia ser que não. Eu podia ter emprego ou não ter porque hoje em dia há tantos que têm estudos e não têm emprego.” (E. 9)

2.1.3. Trajectória familiar

Na análise deste item, começaremos por observar a idade e motivos do casamento, bem como o número de filhos das entrevistadas, sendo que esta análise será feita com base nos grupos de beneficiárias anteriormente definidos. A opção por analisar estas variáveis prendeu-se com o facto de que estas são algumas das causas para que o RSI surja em determinada fase do percurso de vida das beneficiárias estudadas. Começando por analisar as entrevistadas dos grupos 1 e 2, constata-se que a média de idades para o casamento situa-se nos 19 anos, sendo que os motivos mais mencionados para o casamento são a gravidez precoce e a necessidade de independência / autonomia da família de origem. Torna-se, assim, interessante verificar que para estas beneficiárias esta independência relativamente à família biológica faz-se exclusivamente pelo acto do matrimónio, pois estas maioritariamente continuaram a residir conjuntamente com a família de origem na mesma habitação, ainda nos discursos dêem quase a parecer que se tratou de uma separação também física, que não ocorreu. No entanto, o que se verificou nestes casos foi apenas uma transferência da dependência a económica para pessoa, neste caso, o marido.

“Com 14 anos. Porque eu namorei o meu homem e gostava dele. Estava grávida e tive a minha mais velha com 15 anos. Já se sabe que o amor é louco, eu namorei o meu homem 3 meses e depois fiquei grávida. Quando a minha mãe soube levei muita pancadaria porque eu estava na altura a trabalhar.” (E. 6)

“Casei-me com 18. Casei porque já não aguentava mais estar em casa. Era muita tarefa, depois a minha mãe trabalhava... queria ter um momento só meu, queria sentir que eu é que tinha sido responsável por aquilo que eu fiz, não queria que ninguém se metesse. Sou uma pessoa assim. Eu casei-me fora de casa. Fui para a casa de uma cunhada do meu marido. Morei com ela, casei-me... ela é que me fez o casamento e tudo. No dia que casamos pedimos a bênção à minha mãe e, mesmo assim, ela deu. Primeiro ela não aceitou, mas depois quando foi para me casar ela já aceitou. Já com a minha irmã foi a mesma coisa, ela também casou-se foi fora de casa.” (E. 7)

“Casei com 23 anos. Casei porque queria ser independente, não queria estar sempre com os meus pais. Queria ter a minha vida.” (E. 8)

Corroborando o que já foi anteriormente explanado aquando da análise quantitativa dos processos existentes que serviu de pilar à construção dos grupos das beneficiárias, verifica-se que a média do número de filhos das entrevistadas pertencentes ao grupo 1 situa-se nos 3 filhos e a média das entrevistadas pertencentes ao grupo 2 situa-se nos 5 filhos.

Focando agora as entrevistadas que se enquadram no grupo 3, verifica-se que duas vivem maritalmente e duas ainda não se casaram nem fazem intenção de contrair matrimónio brevemente. Também o número de filhos é inferior à dos grupos anteriores, verificando-se que das quatro entrevistadas apenas duas já tiveram a experiência da maternidade a apenas por uma vez, não manifestando interesse em vir a ter mais filhos. Esta situação parece denotar alguma mudança relativamente às gerações anteriores, constantes dos grupos 1 e 2.

É ainda de salientar que entre as várias entrevistadas apenas uma passou por uma situação de separação conjugal, não obstante, tenha ocorrido entrevistadas que verbalizaram a existência de problemas na sua relação conjugal.

Relativamente às alterações advindas com a maternidade, é de salientar que todas as entrevistadas se referem à experiência da maternidade como um momento marcante nas suas vidas, pautado por sentimentos de alegria. Contudo, estas não identificam transformações substanciais nas suas vidas advindas da experiência da maternidade, identificando apenas o acréscimo da responsabilidade. É de relevar o facto de apenas uma das entrevistadas se ter referido a mudanças económicas na sua vida após o nascimento dos filhos, o que nos leva a pensar que a experiência da maternidade para estas beneficiárias se encontra pouco relacionada com a ponderação económica visível em outros estratos sociais na decisão de ter filhos.

“Foi uma alegria enorme. (...) Alterou. Agora a minha mãe vê que eu sou uma pessoa responsável, sei cuidar dos meus filhos, faço as coisas da casa, a comida... tudo. Só por mim, eu consegui sozinha, sem a ajuda de ninguém. Os filhos ensinam muito.” (E. 7)

“Da minha vida de solteira para o nascimento da minha filha não houve muitas alterações, a vida manteve-se mais ou menos igual.” (E. 13)

“Correu tudo bem, foi uma alegria muito grande. Passei a viver mais apertadinha, mas tudo se resolve. Agente quando não tem filhos, vive-se melhor, quando se tem vive-se mais apertados, mas os filhos são uma alegria.” (E. 9)

2.1.4. Trajectória profissional

Apesar de nenhuma das entrevistadas exercer uma actividade profissional remunerada, o facto é que a maioria já teve, pelo menos, uma experiência laboral. De fora desta situação ficam apenas três das beneficiárias entrevistadas.

Começando por prestar atenção às beneficiárias que nunca exerceram qualquer actividade profissional remunerada, verifica-se que estamos em presença de uma por cada um dos grupos anteriormente definidos. No caso das beneficiárias integradas nos grupos 1 e 2, estas alegam como motivos para nunca ter trabalhado os cuidados aos filhos e a outros familiares, motivos culturais em que os maridos consideram que estas devem ficar em casa ao invés de trabalhar e problemas de saúde. Assim, e como vimos no capítulo I, a decisão de trabalhar ou não acaba por não ser algo que se veja como uma opção individual, mas sim confluem muitos outros aspectos.

“Porque enquanto estive lá fora o meu marido queria que fosse eu a criar os meus filhos e que não os desse a criar, depois vim para cá tive os meus gémeos. A minha mãe estava já meia doente e eu não tinha a coragem de a deixar porque ela não tinha mais ninguém senão eu porque os meus irmãos estão todos embarcados. Cá era a única. Depois ela foi piorando... olhe, foram 10 anos. A minha mãe faleceu em 2001 mas depois os meus filhos cresceram e o trabalho quase que dobrou e a saúde também já não é o que era quando eu tinha 30 anos.” (E. 1)

“No princípio, porque tinha os miúdos, e agora porque eu não quero depender da minha mãe, não quero que ela fique com eles porque ela já tem a sua idade. Já moro aqui com ela há 11 anos porque estou à espera de uma casa. Se os filhos fossem maiores, se cada um já tivesse... assim, responsabilidade, aí eu não me importava nada de trabalhar.” (E. 7)

Contudo, é de salientar que principalmente no que toca aos cuidados aos filhos existem respostas sociais que permitem colmatar este problema, não existindo porém vontade por parte das entrevistadas para fazer uso destes. Atentemos no extracto transcrito da entrevista n.º 7. Verifica-se que a beneficiária em questão confere na sua vida uma importância primordial ao desempenho das funções maternas, apesar dos seus dois filhos

terem 7 e 9 anos respectivamente e existir uma resposta local de ATL onde estes poderiam permanecer após o horário escolar, caso esta ingressasse o mercado de trabalho.

Quanto ao extracto retirado da entrevista 1, encontramos-nos perante uma situação semelhante, uma vez que aquando do falecimento da mãe da beneficiária, em 2001, os filhos mais novos estavam com 7 anos de idade.

Quanto à entrevistada que se situa no grupo 3, esta alega como motivo para nunca ter trabalhado o facto de não ter ainda conseguido encontrar um emprego, constatando-se uma diferença relativamente aos perfis anteriores, uma vez que esta, apesar de também já ser mãe, não se refugia na filha para não integrar o mercado de trabalho.

“Porque ainda não apareceu trabalho.” (E. 5)

Assim, é possível referir que os cuidados aos filhos e o desempenho das funções maternas surgem muitas vezes como uma estratégia defensiva utilizada pelas beneficiárias para evitar o ingresso no mercado de trabalho, ignorando estas a utilização de recursos sociais de apoio às famílias existentes nas suas comunidades.

Indo agora ao encontro das entrevistadas que já possuem experiência laboral, verifica-se que estas, na maior parte e essencialmente, trabalharam em serviços de limpeza. Surgem ainda situações pontuais de trabalho sazonal, cuidado a idosos, comércio, restauração e trabalho fabril. É ainda de salientar a situação da entrevistada n.º 8 que apesar de exercer actividade profissional, fazia-a em casa enquanto costureira.

Quanto à duração do exercício das actividades profissionais, este, embora seja muito variado, verifica-se ser sempre relativamente curto, normalmente de alguns meses, sendo o máximo de 3 anos consecutivos no mesmo emprego.

Os motivos apontados para o despedimento são também muito variados sendo o mais referido a ocorrência do casamento e a gravidez. Com efeito, parece ser frequente a ocorrência do desempenho de actividade profissional por estas mulheres antes do matrimónio, servindo este acontecimento de vida quase que para pôr termo à experiência laboral. Este manifesta-se como mais um indicador de uma identidade tipicamente feminina centrada na família, uma vez que estas acabam por deixar o emprego no momento em que começam a constituir a sua própria família. Normalmente nas situações em que o trabalho é novamente retomado após o casamento, esta retoma coincide com situações pontuais de dificuldade sofridas pela família em que o trabalho se apresenta como a última solução possível. Vejamos o seguinte extracto de entrevista n.º 6.

“E: Já alguma vez trabalhou?

Sr.ª T: Sim já trabalhei. Comecei com 14 anos, mas foi pouco tempo porque fiquei grávida e o meu homem disse que não ia trabalhar. Isso foi ainda pior porque a minha mãe ainda levou a guerrear mais comigo porque aquele dinheiro que eu ganhava quando trabalhava fazia falta em casa.

E: Que empregos teve?

Sr.ª T: Aos 14 anos fui empregada doméstica numa casa mais aqui acima. Depois, quando a minha mãe morreu, há 9 anos, para pagar o funeral fui pedir ao Sr. Braga dos Correios para me dar serviço, porque tinha um enterro para pagar. Eu fazia era horas de limpeza nuns apartamentos. Tanta família que eu tinha e tive de pagar sozinha.

E: Durante quanto tempo teve estes empregos?

Sr.ª T: Não tive muito tempo, 4/5 meses. Depois foi durante 8 meses.

E: Porque saiu do(s) emprego(s)? O que sentiu?

Sr.ª T: Do primeiro emprego saí porque fiquei grávida e o meu homem não queria que continuasse a trabalhar. Do segundo, eu saí quando acabei de pagar o enterro da minha mãe. Fiquei mais leve porque só queria mesmo trabalhar porque precisava para pagar o enterro, isso já foi mais ou menos há nove anos.

É de mencionar que maioria das entrevistadas associa sentimentos positivos à perda do emprego, sendo que apenas três conseguem identificar sentimentos negativos pela perda do emprego, aos quais se segue, no entanto, a acomodação à situação. Mais um aspecto que vem corroborar a ideia que para a maioria das beneficiárias o trabalho remunerado não surge como uma prioridade na vida, servindo mais para colmatar necessidades pontuais na família do que para satisfazer e propiciar realização pessoal às entrevistadas. Assim, é visível pelos seus discursos que estas beneficiárias maioritariamente vêm mais benefícios no facto de estarem em casa a cuidar do lar e dos filhos do que em estar a trabalhar.

“Da Corretora eu saí porque fui para o Fundo de desemprego. Sim, fui despedida. O que senti... oh, uma pessoa também precisa descansar um bocadinho. Senti-me bem até porque com o Fundo de Desemprego agente sempre recebe lá. Não é tanto como quando se trabalha, é menos um bocadinho, mas também ajuda à vida. Foi uma altura boa, fiz uma viagem para a ilha do Faial que tenho uma irmã lá, fui passear. Senti-me bem nesta altura.” (E. 3)

“O que eu senti... senti-me aliviada porque eu deixava a Mariana na escola mas tinha o coração sempre num susto com ela a pensar se podia estar acontecendo alguma coisa. Estava sempre naquela ansiedade.” (...) Eu sabia que estava ganhando um dinheirinho, mas eu sentia uma coisa como que contra vontade. Eu não sou daquelas de me despartar das minhas filhas, sinto muito a falta delas. Fiquei muito mais calma depois de ter deixado o trabalho. Mas eu deixei também porque já não podia da perna, estava cheia de dores.” (E. 13)

“Para falar a verdade à senhora, meu marido é que me tirou de lá, de todos os meus empregos, para eu ficar com as crianças porque não havia ninguém para ficar com elas. Em relação ao tempo em que trabalhava na tropa, eu ainda não tinha filhos, mas já estava grávida. Quando saí, senti que aquilo ia-me fazer muita falta, e a criança que eu estava a espera ia ter necessidade daquilo que eu ia comprar para ela. O pequeno podia ter uma educação mais especial. Foi

sempre a mesma coisa... sabe, ele é muito ciumento e onde eu estava lá no quartel tinha muitos homens, e a cabecinha dele... enfim.” (E. 12)

Não deixa de ser curioso que todas as beneficiárias submetidas a entrevista reconheceram algum proveito na experiência laboral, no entanto quando colocada esta experiência em confronto com os aspectos da vida familiar, estas não procuram forma de os conciliar, abdicando de imediato dos benefícios profissionais em prol das questões familiares.

“Se foi importante para mim?... Talvez. Porque ajudava mais à vida. Já se sabe que uma pessoa trabalhando ajuda mais. (...) O emprego é muito importante, mas quem tem filhos é mais importante criar os nossos filhos. Os nossos filhos estão antes do emprego.” (E. 9)

2.2. Ela e a relação com o Estado: a medida do RSI

A categoria de análise que se prende com o RSI, subdivide-se em 3 subcategorias: a visão do RSI; o requerimento e o acordo de inserção. Com esta categoria pretendeu-se essencialmente perceber a relação das beneficiárias com a prestação e a percepção que estas possuem sobre esta medida.

2.2.1. Visão do RSI

Nesta categoria de análise começou-se por analisar o que as beneficiárias entendiam ser o RSI, sendo a resposta mais uniforme constituía que se refere a uma “ajuda” às famílias em situação de dificuldade. Todavia, em algumas respostas, sobretudo naquelas entrevistadas que já são beneficiárias há vários anos, denota-se uma certa acomodação à prestação, como se esta constituísse algo de permanente, chegando a ser comparada a um salário proveniente de trabalho.

“Eu costumo a dizer que o rendimento foi uma bênção. Em solteira passei dificuldades, em casada por igual. O rendimento é aquilo que eu sei que é seguro para ter e pagar as minhas contas. É o meu ordenado para pagar a água, a luz, a renda... tudo depende dali.” (E. 7)

É de referir que o significado retirado do extracto acima mencionado vai no sentido contrário àquele que a lei do RSI propõe, levando-nos a concluir que existe uma desadequação entre o que é legislado e a utilização e interpretação que é efectuada pelas beneficiárias, o que pode ser corroborado pela presente citação legal:

“A prestação do rendimento social de inserção assume natureza pecuniária e possui carácter transitório, sendo variável o respectivo montante” (art.º 2º L 13/2003 de 21 de Maio)

Esta desadequação verifica-se também no que concerne à duração da prestação, pois enquanto a lei define que esta prestação pecuniária deverá ser transitória, existindo para promover a progressiva inserção laboral social e comunitária, os discursos das entrevistadas revelam que estas percebem a prestação como algo que deverá existir por um período de tempo bastante longo.

“Não sei... porque a Dr.ª A. diz sempre que isso pode acabar, tanto podem dar como podem tirar, por isso não sei... Mas acho que devia durar toda a vida, para sempre.” (E. 10)

“Eu não sei bem isso do tempo, mas se calhar até as crianças terem 18 anos. Porque é enquanto crianças que eles precisam do nosso apoio. Já quando eles têm 18 anos já não querem o nosso apoio. O adulto defende-se mas as crianças não se sabem defender.” (E. 9)

É de salientar que as beneficiárias possuem uma postura bastante crítica relativamente a quem deve beneficiar de RSI, sendo contra a abrangência da prestação. Ou seja, estas entrevistadas defendem, de uma forma geral, que os beneficiários da prestação deverão ser famílias com dificuldades económicas e idosos, sendo visível que fazem uma grande distinção entre as mulheres casadas e solteiras, pois sendo mães e esposas têm impedimentos ao trabalho e, conseqüentemente, uma maior legitimidade para receberem a prestação. Além disso, mesmo quando falam de outras beneficiárias nestas circunstâncias também de mães e esposas, as entrevistadas conseguem identificar estratégias defensivas para garantir a manutenção da prestação e criticam este facto.

“Eu acho que as pessoas deviam ser escolhidas. Devia ser para famílias com dificuldades, para as famílias com muitos filhos, para os pescadores e para as pessoas do campo que também ganham pouco, para os idosos também porque têm a medicação. Agora, as pessoas solteiras... que trabalhem! Se eu não tivesse filhos eu trabalhava porque o trabalho não mata. As pessoas solteiras que não querem trabalhar, que estão por aí aos cantos, que estão bebendo e umas até drogam-se com aquele dinheiro, mas aquilo não é dinheiro para estas coisas, é dinheiro para quem precisa.” (E. 7)

“As mulheres não têm noção disso e engravidam de propósito e têm mais filhos para receberem mais porque o rendimento vai pelo número de filhos. Um casal de tarelo deve olhar para o rendimento como uma ajuda e não se fiar só naquilo porque isso acontece muito.” (E. 2)

2.2.2. O requerimento

As entrevistadas apontam, em geral, como motivos para o requerimento do RSI os fracos rendimentos familiares advenientes dos trabalhos precários desempenhados pelos

maridos, os quais se desenvolvem maioritariamente em actividades como a construção civil e a agricultura, a ocorrência de problemas conjugais e situações em que os maridos se encontraram em situação de reclusão. Estas situações repercutiam-se na família em dificuldades em assegurar a alimentação, as despesas fixas, os gastos escolares e a saúde. Assistimos, portanto, a um renovar do ciclo de pobreza relativamente à família de origem, uma vez que nos relatos relativos à vida passada, também são relatadas dificuldades económicas praticamente pelos mesmos motivos.

“Porque os meus gémeos iam para a escola, eu tinha 5 filhos. O meu marido é camponês e de inverno quando chove não se trabalha. Tínhamos uma terrinha e tivemos de vender, que eu até tive muito desgosto porque era dos meus pais. Começamos a passar por dificuldades... não passámos fome mas era sopa.” (E. 1)

“As dificuldades eram a nível de dinheiro. O meu marido não bebe, nunca. Era difícil comprar alimentação e pagar as contas. As contas é que eram mesmo o pior. A alimentação, agente amanhava-se porque ele trazia peixinho.” (E. 7)

Todas a entrevistadas são da opinião de que a prestação trouxe diversas melhorias às suas vidas, as quais se traduzem sobretudo por impactes ao nível do consumo e na manutenção de uma gestão familiar organizada.

“Deu para pagar as contas, para fazer compras. Nunca me lembro de ter tido tantas compras na minha despensa. Paguei as dívidas... Agradei muito e foi bem empregado porque eu sei lindamente terminar a minha vida.” (E. 2)

“Ajudou-me a dar um salto na vida... Já tinha dinheiro para tudo, para pagar a água, a luz, a renda e a comida.” (E. 5)

Importa referir que sete das catorze entrevistadas já tinham beneficiado anteriormente de apoios sociais. Destas sete, cinco prenderam-se com apoios ao nível de subsídios de acção social de curta duração (normalmente apenas até começarem a beneficiar da prestação de RSI) e apoio em géneros alimentares e duas mencionaram já terem sido beneficiárias de RSI anteriormente, tendo as prestações sido cessadas por incumprimento do Acordo de Inserção.

“Eu já tinha recebido antes o rendimento há muitos anos, mas depois fui cortada e depois fiz outro contrato novo. Na altura fui cortada porque o meu rapaz que Deus dá o céu, na altura, eu terminava-o para ir para a escola e ele não ia às aulas. Eu era chamada à assistente social e avisava-o mas era sempre igual, ele faltava às aulas. Não lhe sei dizer quanto tempo recebi ao certo, mas sei que foi muito tempo, talvez uns 5 anos. Depois pedi outra vez mas recebi pouco tempo. As mães terminam os rapazes para a escola mas eles não têm juízo e não querem perceber. Agora recebo há 3 anos.” (E. 9)

Este facto leva-nos a duvidar se estaremos em presença de uma efectiva inserção social, na medida em que se por um lado o RSI contribuiu para uma melhoria nas vidas destas

beneficiárias e, como tal, torna mais eficaz a intervenção do serviço social, por outro, e pensando que algumas destas beneficiárias recebem a prestação há já vários anos, talvez não estejamos em presença de uma verdadeira inserção social, pois esta melhoria das condições de vida acaba por se fazer com base na dependência de uma prestação que se supõe ser temporária. Ademais, acabam por ocorrer situações, como a que se constata no extracto acima transcrito, de famílias que já efectuaram mais de um requerimento e que a prestação acaba por ser sempre cessada por incumprimento do Acordo de Inserção, acabando por se entrar num ciclo de dependência que finda a penalização resultante do incumprimento do Acordo de Inserção, deparamo-nos com um novo requerimento.

Um outro aspecto que importa salientar refere-se às vantagens e as desvantagens que estas associam à condição de beneficiário, tendo sido visível que a grande maioria reconhece apenas vantagens no facto de ser beneficiária da prestação. No entanto, há que salvaguardar a posição de três entrevistadas que, paralelamente às vantagens, reconhecem que o recebimento da prestação lhes confere algum estigma social e a obrigatoriedade no desempenho de acções de inserção às quais estas não atribuem significado e importância.

“As coisas boas é que eu sei que todos os meses sei que tenho ali aquele dinheiro e em pescador eu não sei. Eu sei que aquilo não é seguro, mas eu tenho aquela fé que com aquilo estou livre das despesas e o resto... há-de ser o que Deus quiser. As coisas más que eu não gosto no rendimento, é por exemplo, o meu miúdo mais novo que não gosta de levar vacinas, quando ele tem de ir levar é preciso quatro pessoas para o aguentar e a enfermeira fica com medo porque a agulha pode partir. Depois elas dizem “ele não quer levar as vacinas? Então eu vou falar com a assistente social”. Depois ameaçam agente e dizem “Ai recibes o rendimento e vais ser cortada”. Isso é que eu não gosto! Eu sei que é preciso as vacinas, é preciso, mas ele há-de ir levando com tempo.” (E. 7)

“(...) quando estamos a receber pela assistente social, também ajuda muito mas agente somos muito controladas se fazemos as nossas obrigações como elas querem ou não.” (E. 13)

2.2.3. O Acordo de Inserção

Começando por retomar o último item analisado no ponto anterior, todas as entrevistadas (à excepção de uma) têm a noção de que o benefício da prestação pecuniária implica a realização de acções específicas, conforme definido em Acordo de Inserção. Contudo, e corroborando o que foi dito acima, em algumas situações as beneficiárias não atribuem importância a este aspecto nem visionam estas acções como essenciais para a sua inserção, acabando por realizá-las com o intuito de manterem a prestação e não com a perspectiva de se autonomizarem desta.

“Sim, pediram ao meu marido para ir para o PROSA. Foi através do projecto do rendimento. Neste caso eu concordo, mas é consoante o que agente recebe, não é receber uma ninharia e ainda ter de trabalhar. Consoante o que agente recebe de rendimento é que temos de ir trabalhar. Também eu sei que às vezes recebem muito porque têm muitos filhos, mas eu não penso nisso. Tenho só a minha filha e já me custa. Não tenho filhos para receber abonos.” (E. 3)

“Pediram para o meu marido se inscrever no centro de emprego. Da minha parte, sempre fui a reuniões, sempre fui a passeios que elas organizam, deixava a minha filha na escola que me custava bastante. Tive uma vez que fui a Vila Franca para a Nossa Senhora da Paz, mas agente não podia levar as crianças e isso ficava-me custando, mas eu tinha que ir. Também tive um ano num curso de culinária e tive outro ano no Centro de São Pedro nos bordados. Nunca faltei com as minhas obrigações. Agente para poder receber alguma coisa temos que colaborar. Se agente recusa elas dizem que desta maneira não dá, e agente fica com o pedido cancelado. Não custa agente ir àquilo que elas acham que agente precisa de ir.” (E. 13)

Curiosamente, apesar das entrevistadas identificarem que necessitam realizar acções para garantir a manutenção da prestação, constata-se que estas, em número expressivo não sabe definir e explicar o que é o Acordo de Inserção, levando-nos a concluir que o momento da assinatura deste acordo não é algo marcante para os beneficiários, como legalmente se pretendia que fosse.

“Eu sei que isso passou de rendimento mínimo para rendimento de inserção, mas ainda não me apercebi o que é que isso quer dizer. Mas a menina P. disse que eu ia daqui a 15 dias assinar acho que era essa coisa.” (E. 13)

Este desprendimento face ao acto da assinatura do Acordo de Inserção poderá ser explicado pelo facto dos beneficiários serem pouco chamados a participar na construção do seu próprio acordo. Este aspecto deverá merecer uma análise aprofundada pelo serviço social, uma vez que não coloca no beneficiário a possibilidade de participar na construção do seu caminho em direcção à autonomia face à prestação, faz com que os beneficiários também sintam menos necessidade de se implicarem em aspectos que não consideram importantes para a sua vida. Por outro lado, e tendo em atenção a temática que motivou a realização deste trabalho, percebe-se que, em termos práticos, se torna muito difícil conseguir que a maioria das beneficiárias se despenda da sua identidade centrada na casa e na família para, por exemplo, colocar voluntariamente os filhos em estabelecimentos de ensino e ingressar, também de forma voluntária, no mercado de trabalho, em ordem a deixar de receber a prestação. Ou seja, se não fosse este carácter de obrigatoriedade em determinadas acções constantes dos Acordos de Inserção, muito dificilmente teríamos crianças do estrato social em

questão a frequentarem creches e jardins-de-infância e as suas mães inscritas no centro de emprego local.

Importa ainda salientar que das beneficiárias entrevistadas apenas cinco conhecem situações de outras mulheres que se integraram no mercado de trabalho pelo facto de estarem a receber o RSI, o que significa que a maioria não possui esta representação relativamente à medida, ou seja, não percebem a medida como algo que lhes pode conferir formação e maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho.

“Eu conheço uma senhora que deu o nome comigo no fundo de desemprego e ela está a trabalhar.” (E. 1)

“Não... eu penso que quase todas elas tão em casa.” (E. 12)

Como vimos no capítulo I, o RSI também produz efeitos identitários nos seus beneficiários, logo, se a percepção das mulheres que dele beneficiam vai no sentido de que a integração laboral por via da medida é algo muito residual, logo, também vão manter esta identidade de género centrada na casa e na família, saindo esta reforçada com o recebimento da prestação.

2.3. Ela e a família: o género nas relações familiares

Nesta terceira categoria de análise procurou-se identificar a existência de papéis familiares associados ao género. Começou-se por analisar quais as funções femininas e masculinas na família. À excepção da entrevista n.º 5, que considera que tanto o homem como a mulher devem trabalhar, todas as restantes consideram que, na sua família, as funções femininas centram-se na esfera doméstica, encarregando-se das tarefas e dos cuidados aos filhos, enquanto que as funções do homem desenvolvem-se na esfera pública, trabalhando fora de casa para garantir o sustento económico da família, o que corrobora tanto o exposto no capítulo I pela visão parsoniana como pela teoria marxista. Em determinadas entrevistas, denota-se que esta divisão de papéis encontra-se bastante enraizada, sendo mesmo um antigo hábito familiar que se pretende ver mantido.

“A mulher termina a vida e o marido tem de trabalhar. Agente tem de cuidar da vida e eles têm de trabalhar para a vida.” (E. 9)

“Cabe ao homem trabalhar. A mulher tem de ficar em casa a trabalhar. O homem tem de trabalhar para a mulher. Eu penso assim e o meu marido também. Ele acha que as coisas têm de seguir o mesmo sistema do pai e do avô e nisso a mulher não trabalha. Apesar das dificuldades todas que nós temos, o meu marido diz que enquanto ele puder eu não trabalho. A mulher tem é de terminar as coisas todas para quando o marido chega e cuidar dos filhos. (...)” (E. 3)

Esta situação faz com que, embora a maioria das beneficiárias mencione que na sua família o poder é repartido pelo casal, os seus discursos acabam por dar a entender que existe na família uma superioridade em termos do poder do género masculino. Apesar disso, estas mostram-se maioritariamente satisfeitas com esta divisão de poder.

E: “Quem acha que tem mais poder na família: o homem ou a mulher? Porquê?”

Sr.ª T: “É os dois, eu vivo bem com o meu homem. Porque quando ele está em casa é ele que manda, quando não está sou eu.”

E: “Acha que poderia ou deveria ser diferente?”

Sr.ª T: “Está bem assim, para mim está.” (E. 6)

Quando se questiona as beneficiárias relativamente ao facto de existir uma relação entre as funções de género e a dependência do RSI, todas elas admitem que sim, pelo que se torna claro que estas têm a percepção de que se assumissem um papel diferente na família e ingressassem o mercado de trabalho, poderiam mais facilmente autonomizar-se da prestação.

“Sim tem influência, porque se eu tivesse força e tivesse o meu ordenado já me ajudava e eu não precisava do rendimento.” (E. 1)

2.4. Ela e o trabalho

Esta categoria de análise prende-se com a visão relativamente ao trabalho e tem como objectivo perceber as representações associadas ao trabalho em geral e ao trabalho feminino (das próprias).

2.4.1. Visão relativamente ao trabalho

Começou-se por analisar o que representa a felicidade para as entrevistadas, tendo onze das catorze entrevistadas respondido que esta se prendia com aspectos relacionados com o bom relacionamento entre os elementos da família e a felicidade dos filhos. As restantes entrevistadas centraram-se mais em aspectos como a saúde e os bens materiais.

Posteriormente questionou-se as beneficiárias a respeito do que consideravam “vencer na vida”, tendo o leque de respostas sido bastante abrangente. Deste modo, quatro das entrevistadas responderam que significava atingir os objectivos de vida a que se proponham; duas entrevistadas mencionaram que só se vence na vida tendo um trabalho; três das entrevistadas referiram aspectos relacionados com os filhos; outras três beneficiárias

centraram-se que tal consistia em terem bens materiais que não têm a possibilidade de adquirir; e, por fim, duas entrevistadas responderam que seria a sua vida actual.

Se tivermos em conta os últimos três grupos de respostas (que perfaz um total de oito entrevistadas), podemos verificar que estas se encontram bastante identificadas com o seu papel na família e a sua situação de vida.

Em seguida aprofundou-se como as entrevistadas definiam o trabalho e a família. Relativamente ao trabalho, todas as entrevistadas referem que consideram o trabalho como algo a que atribuem uma grande importância, sendo este percebido quase simplesmente como forma para permitir a aquisição de bens.

“É uma coisa que dá saúde e é para ter alguma coisa na vida, senão não temos nada que tarelo. É importante para viver melhor.” (E. 6)

“Serve para pagar dívidas, para comprar sustento, para ajudar nas contas da casa, nestas coisas do dia-a-dia.” (E. 3)

Quanto à definição da família, verifica-se que os discursos proferidos por todas as entrevistadas conferem um grau de importância fundamental à família nas suas vidas.

“Para mim a família é tudo!” (E. 8)

Tendo em conta que tanto o trabalho como a família foram classificados pelas beneficiárias como sendo duas coisas muito importantes nas suas vidas, solicitou-se que estas as colocassem por ordem de importância: todas elas colocaram a família em primeiro lugar, adquirindo o trabalho, de imediato, uma posição muito mais periférica na vida destas entrevistadas, o que é indicativo de que estas beneficiárias de RSI não observam o trabalho como uma solução de autonomização nas suas vidas, nem sequer o percebem como algo de onde possam tirar realização pessoal. Denota-se ainda uma particular incidência de aspectos focados aquando do capítulo I, nomeadamente os gastos invisíveis associados ao trabalho, e o facto de ser identitariamente mais prestigiante, para as mulheres deste estrato social, a prestação do cuidado aos filhos e a dedicação à casa do que trabalhar em actividades mal remuneradas e de baixo prestígio social.

“Já fizeram essa pergunta à minha filha e eu não concordo com a resposta dela porque para mim é a família. Hoje em dia os patrões dizem que primeiro é o trabalho, mas eu não acho isso correcto porque o trabalho vai-se e a família fica. E se agente se dedicar 100% ao trabalho, o que vai ser da família?” (E. 1)

“Primeiro a minha família. O meu marido é uma pessoa lutadora e sempre trabalhou. Nunca trabalhei fora porque nunca tive ninguém que cuidasse dos meus filhos. Se eu fosse trabalhar tinha de ter dado a minha filha a criar, ia ter de

pagar e ia dar elas por elas. Ia trabalhar para pagar uma mulher, e o que me ia crescer? Um troco mal amanhado?! Ou muito ou pouco sempre trabalhei em casa e cuidei dos meus filhos.” (E.8)

Em seguida, procurou-se compreender se as beneficiárias entrevistadas consideram que as mulheres que trabalham sentem-se felizes por isso. Em termos das respostas, seis entrevistadas responderam que sim, outras seis entrevistadas responderam que não e duas responderam de forma ambivalente. Das entrevistadas que deram respostas negativas face à felicidade das mulheres que trabalham denota-se uma ideia de que as mulheres que trabalham fazem-no não por gosto e vontade própria, mas sim por circunstâncias da vida que não lhes dão outra alternativa. Estas são percebidas com sentimentos de pena por parte das entrevistadas.

“Acho que não é preciso trabalho para ser feliz. (...) Algumas não são felizes. Não sei da vida delas, mas muitas sofrem em casa e têm de trabalhar porque muitos maridos não prestam e não dão o sustento porque caem nos vícios da bebida ou da droga e elas, coitadas têm de fazer para se manter. (...) Penso que sofrem em casa, e são obrigadas a trabalhar.” (E. 3)

“Estas coitadinhas trabalham mais porque fazem as suas vidas em casa à noite e também fazem por fora, para de manhã cedo irem trabalhar, e deixam as crianças aqui e acolá e pagam a pessoas para ficar com as crianças. É mais chato e faz diferença.” (E. 9)

No que concerne às entrevistadas que deram respostas positivas face à felicidade das mulheres que trabalham, verifica-se que estas são um grupo bastante heterogéneo, uma vez que é constituído não apenas por mulheres que já tiveram experiências laborais, mas também por beneficiárias que nunca tiveram qualquer contacto com o mercado de trabalho e que apesar de reconhecerem as vantagens e a felicidade que o trabalho confere a outras mulheres, acabam por não desejar a sua integração laboral quando numa parte mais avançada da entrevista recusariam um emprego se este surgisse. Um dos exemplos desta situação é o seguinte excerto:

“Elas sentem-se felizes porque eu já vi. Elas dizem que a vida muda porque já não estão tão apertadas na vida e mesmo no aspecto físico delas. Acho-as mais alegres, mais falantes, já conhecem outras coisas e transmitem e eu às vezes fico com pena de não ter, como por exemplo amigas com outras pessoas e há gente fora da nossa família que são melhores que os de casa. Em casa há sempre conflitos. Se eu conseguisse era outra realização para mim, porque estou sempre aqui, o trabalho é um distraimento, não mata. As mulheres que trabalham vão ao cabeleireiro, vestem roupas novas e eu tenho que me amanhá-lo com aquilo que tenho. Talvez comigo trabalhando eu conseguisse trazer para casa mas também fazer uso porque eu sei que aquilo é meu.” (E. 7)

Além disso, estas beneficiárias que consideram o trabalho como algo que confere felicidade às mulheres, acabam por, na realidade, entrar numa contradição, vendo esta felicidade como algo que ocorre por não haver outro tipo de alternativa ao trabalho, como aqueles casos em que as prestações sociais não são suficientes para cobrir as despesas do agregado familiar.

“Sei lá... Acho que elas são felizes, porque é mais uma ajuda que entra. Se agente não tem ajudas, não tem rendimento, agente tem de se pôr a trabalhar. Eu é que não posso trabalhar porque tenho netos estou amarrada. (...) Sim, a minha filha. É empregada doméstica numa casa. Ela... pronto, tem de gostar porque dá para pagar o apartamento, a renda. Com o apartamento para pagar ele sozinho não dá.” (E. 6)

Com efeito, o contacto com o mercado de trabalho destas beneficiárias é tão restrito e, na realidade, tão pouco procurado e ambicionado que estas revelam dificuldades em identificar o que consideram ser um bom emprego, sendo que a maioria refere não saber responder à questão. Como excepção a esta situação temos apenas três das entrevistadas integradas no grupo 3, que referem que um bom emprego é algo fixo, ou ainda mais especificamente, o trabalho na recepção de um hotel.

“Um emprego fixo... sem paragens.” (E. 14)

Quando às suas preferências e gostos no caso de puderem escolher uma actividade profissional, a escolha maioritária recai sobre trabalhos que exijam o contacto com crianças e trabalhos relacionados com as funções domésticas, nomeadamente a limpeza e a cozinha, embora duas entrevistadas não apontem qualquer tipo de actividade profissional que gostassem de desempenhar. Estas escolhas das entrevistadas são apenas mais um indicador que vem corroborar uma identidade feminina destas mulheres muito centrada na maternidade e na domesticidade, uma vez que até a trabalhar fora de casa estas escolheriam tarefas associadas às que realizam em casa.

“Gostava de tomar conta de crianças porque acho que só a alegria das crianças e o sorriso delas dá-nos vida. Até nos sentimos mais novos. Lavar casas é que não porque eu já estou cansada e não tenho forças. Já tenho a minha casa para limpar que é muito grande.” (E. 1)

“De empregada doméstica porque eu não sei fazer mais nada. Eu não tenho estudos, só sei limpar a casa.” (E. 9)

2.4.2. O trabalho feminino

Quando se questionam as entrevistadas relativamente ao desempenho das tarefas domésticas por parte das mulheres que trabalham fora de casa, estas na sua maioria (9 das 14 entrevistadas) têm uma ideia formada de que estas mulheres não desempenham convenientemente os seus afazeres domésticos. Esta ideia pré-concebida funciona como mais um motivo para agravar a resistência já denotada na maior parte das entrevistadas de ingressar no mercado de trabalho. É de salientar que as entrevistadas que não partilham desta ideia ou já tiveram uma experiência laboral relativamente recente ou possuem alguém próximo (como por exemplo uma familiar) que tenha esta experiência de trabalho.

E: Acha que as mulheres que trabalham fora de casa conseguem desempenhar da mesma forma que você as suas tarefas domésticas? Porquê? E se estivesse a trabalhar fora de casa?

Sr.^a A. : “Acho que não conseguem, eu não conseguia. Em casa faz diferença, tenho as crianças comigo. Às vezes a minha filha dorme até às 11 da manhã, e se eu trabalhasse não dormia, tinha de a levantar cedo para ir levar à creche ou a qualquer lado e assim a criança dorme.” (E. 9)

Sr.^a G.: Claro que sim. As minhas irmãs são assim. Mal chegam do trabalho vão logo arranjar a casa e fazer o jantar.” (E. 11)

No entanto, naquilo que toca ao desempenho das funções maternais a situação inverte-se, pois a maioria das entrevistadas (12 das 14 beneficiárias) considera que independentemente de uma mulher trabalhar, esta consegue manter uma boa prestação enquanto mãe. Apenas duas entrevistadas não partilham desta opinião e, curiosamente, uma delas é a entrevistada n.º 7 da qual citamos acima um excerto relativo ao lugar do trabalho na felicidade feminina.

“Não acho que conseguem ser boas mães. Porque quando eu saio para ir fazer alguma coisa, não demoro muito, mas quando chego os miúdos agarram-me e dizem “mamã, mamã tanto tempo”. Aí eu vejo, então se eu trabalhasse... desde que eles nasceram fui sempre eu que fiz tudo, eu é que os criei e se eu não estiver eles vão sentir que a presença da mãe não está. Uma mulher que trabalha não tem tempo para os filhos.” (E. 7)

Assim, verifica-se que, para a maioria das entrevistadas, a maternidade é uma condição que não surge prejudicada com a entrada no mercado de trabalho. Contudo, estamos aqui novamente em presença de outro contra-senso, na medida em que quando se questiona as beneficiárias a respeito da sua disponibilidade laboral onze das catorze entrevistadas responde que não se encontra disponível para inserção laboral, alegando, a maioria (7 das 11), que os motivos prendem-se com a prestação de cuidados aos menores. As outras três entrevistadas

indisponíveis alegam motivos que se prendem com a saúde e com a idade. No entanto, é de salientar que no processo social de qualquer destas entrevistadas não consta qualquer atestado médico que comprove uma situação de saúde impeditiva de trabalho. A última beneficiária do grupo das que se consideram indisponíveis não aponta qualquer justificação para a sua indisponibilidade.

“Agora não por causa da minha filha mais pequena. Porque ela tem só 3 anos e ainda é pequena. Agora era mais complicado.” (E. 9)

“(…) se era para arranjar emprego, com quem é que o meu mais velho ia ficar? Ele já é grandinho mas em casa não pode ficar porque tem aqui uns vizinhos que põem-se com ele, depois se ele brinca à bola e vai para o quintal da vizinha, ele pede com bons modos, ela começa a “ladrar”... ele está na biblioteca, mas não é todos os dias. Uma pessoa tem de estar com o seu juízo sossegado no serviço onde está.” (E. 12)

“Neste momento acho que não porque ainda me acho um bocado presa. Para sair já seria complicado porque eu já tenho problemas de saúde. Agora se for para ficar com os filhos dos meus filhos aí é diferente porque eles vêm cá deixá-los e eu continuo no meu cantinho. Na minha mente, eu ainda levantava o mundo... mas o meu corpo já não deixa. Já tenho 47 anos e isso já pesa.” (E. 1)

“Eu... trabalhar? Não sei... se me mandassem ia ter de ver...” (E. 2)

Com os excertos acima mencionados não resta qualquer dúvida que apenas uma minoria das beneficiárias pretende realmente a inserção laboral e a consequente autonomização da prestação de RSI. É de salientar que em qualquer das situações que os menores são entendidos como um impedimento (as transcritas para o presente trabalho e as restantes que não puderam ser transcritas), existem respostas sociais que poderiam dar solução ao problema. Contudo, verifica-se um verdadeiro choque de intenções entre a legislação que regulamente o RSI e a identidade das mulheres que beneficiam da prestação, encontrando-se o serviço social da fronteira entre ambos.

Nesta questão da disponibilidade laboral decidimos ir ainda mais longe e passar à concretização da hipótese de uma oferta de trabalho feita pela assistente social de acompanhamento. As respostas foram na linha anterior e verifica-se que apenas as mesmas três beneficiárias aceitariam a proposta de emprego. Todas as restantes recusariam. Nos discursos destas entrevistadas verifica-se acentuadamente o descontentamento com a proposta de emprego e a procura de argumentos para a recusar. Assim, somos levados a pensar que o RSI tem tido efeitos muito positivos ao nível das condições de vida das famílias e ao nível do consumo destas. No entanto, este tem tido um impacto negativo na mudança de mentalidades, fazendo com que a identidade feminina centrada na casa e na família esteja a ser reforçada,

uma vez que apenas três das beneficiárias incluídas no grupo 3 mostram uma vontade genuína para aceitar a proposta de trabalho.

“A primeira coisa que eu dizia é que para a Dr.^a R. arranjar um emprego agente tem de ser avisados porque não é de um momento para o outro que agente decide a nossa vida, e eles não vão decidir por nós. Precisava organizar a minha vida. Por um lado, acho que ia ficar contente por terem olhado por mim, mas por outro... Desta maneira, não!” (E. 7)

“Eu ia... mas era se tivesse alguém que fizesse comida para o meu marido comer ao almoço e alguém que fosse buscar os meus filhos depois da escola. A minha sogra às vezes pode e às vezes não pode e a minha cunhada também nem sempre pode e aí sou eu que fico com o meu miúdo. Também para haver lavações de cara, não estou para isso. Se eu tivesse isso, eu me obrigava a trabalhar. E eu tinha de vir antes das 6h para ter tempo de fazer a comida antes que o meu marido viesse do trabalho. Assim, como o meu marido vem a casa comer o almoço não me dá jeito ir trabalhar. Eu ia dizer que não dava jeito agora ir trabalhar.” (E. 10)

A questão deste efeito perverso do RSI, ao manter as identidades culturais das beneficiárias, ao invés de as transformar e fazer as beneficiárias caminharem no sentido da autonomização, é também bastante visível quando se questiona como seria a vida das entrevistadas se estas não tivessem recebido o RSI. Deste modo constata-se que estas mencionam que as suas vidas seriam bastante mais complicadas, do ponto de vista financeiro, chegando algumas a colocar a hipótese do trabalho ser a alternativa que iriam optar caso não beneficiassem da prestação. Curiosamente algumas destas beneficiárias são as que se mostram mais resistentes à ideia de trabalhar pelo facto de estarem a receber a prestação.

“Depois surgiu esta ideia de fazer o rendimento e eu pensei se der deu, se não der eu então vou trabalhar. Ia ser uma vida infeliz.” (E. 7)

“Havia de ter ido arranjar serviço para ir trabalhar. Para mim ia ser pior.” (E. 10)

2.5. Perspectivas de futuro – Expectativas

A última categoria de análise pretende verificar essencialmente as expectativas de futuro das beneficiárias. Através dos discursos das entrevistadas depreende-se que todas estas beneficiárias não conseguem fazer uma previsão exacta de quanto tempo mais vão necessitar da prestação de RSI, no entanto, todas vislumbram que ainda terão de receber por muito tempo. Esta situação indica a falta de vontade das beneficiárias para se desvincularem da prestação, sendo de salientar que um grupo considerável destas beneficiárias encontra-se em idade activa e reúne condições para ingressar no mercado de trabalho (como é o caso de entrevistada nº 10 que tem 32 anos de idade e cuja resposta se encontra abaixo transcrita).

“Eu recebo há 9 anos... não digo que vou receber sempre... bem, o meu filho tem 10 anos... talvez mais uns 7 ou 8 anos.” (E. 7)

“Durante mais algum tempo para as crianças. Até as crianças terem os seus 18 anos. A minha mais nova ainda tem 3 anos.” (E. 9)

“O resto da vida porque isso faz-me muita falta e ajuda muito à minha vida.” (E. 10)

Para finalizar a entrevista solicitou-se às entrevistadas a projecção da sua situação profissional daqui a dez anos. Sete das catorze entrevistadas responde claramente que irão continuar a ser domésticas e três entrevistadas (todas pertencentes ao grupo 3) revelam que irão estar a trabalhar, só não conseguem dizer em que área de actividade. Todas as restantes dão respostas incertas sendo que numa delas a hipótese de ingresso no mercado de trabalho até chega a suscitar o choro.

“Daqui a 10 anos se calhar vou continuar doméstica porque eu não tenho estudos e porque eu já estou acostumada com esta vida em que é o meu marido a trabalhar e eu oriento a casa e os meus filhos.” (E. 2)

“Como eu não tenho ninguém que faça a comida para o meu marido e que vá buscar os meus filhos, o mais certo é eu ser doméstica.” (E. 10)

“Ter um trabalho... não sei em quê... mas quero ter um trabalho.” (E. 5)

“Depende, nunca se sabe se eu ainda vou trabalhar... (choro) Não sei.” (E. 3)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ponto tem por objectivo apresentar as ideias conclusivas a que se chegou com a realização desta dissertação.

A primeira conclusão deste estudo é a de que a implementação do RSI veio gerar maior eficácia e estruturação ao sistema de protecção social português e, conseqüentemente, à actuação do Serviço Social, no que toca ao combate às situações de pobreza e exclusão social, tendo proporcionado às franjas mais vulneráveis da população maiores oportunidades de inclusão social e efectivação dos seus direitos de cidadania.

Com efeito, e através dos relatos das beneficiárias entrevistadas, percebeu-se que, no período anterior à implementação da medida, as situações que beneficiavam de apoios sociais eram muito reduzidas, o que tornava a actuação do serviço social em algo restrito, limitado e pouco eficaz, sendo a maioria dos problemas resolvidos com o recurso às redes familiares de suporte ou à mendicidade (que era uma prática muito frequente).

Este combate à pobreza e exclusão social proporcionado pelo RSI veio também a ser feito ao nível preventivo, uma vez que uma das grandes modificações de comportamento que se observou nos beneficiários ao fim de 12 anos de medida, reside no facto destes garantirem a prestação de cuidados ao nível da saúde primária, mas também a continuidade nos estudos dos filhos, não existindo, como outrora, motivos de ordem financeira que justifiquem o abandono escolar. Se tivermos em conta uma análise das escolaridades das beneficiárias da prestação, verifica-se que as gerações mais novas estão a conseguir permanecer mais anos na escola do que fizeram os seus progenitores. É de relevar que nesta questão tem também contribuído o papel de outras instituições como é o caso das CPCJ.

Uma outra vertente relacionada com a eficácia da medida tem a ver com o impacte ao nível do consumo nas famílias beneficiárias, as quais, devido à prestação, conseguiram eliminar dificuldades como sejam as necessidades básicas como a alimentação, acesso a cuidados de saúde, gastos escolares e manutenção de uma gestão familiar equilibrada.

A segunda ideia conclusiva desta dissertação prende-se com o facto de que, não obstante os aspectos positivos de combate à pobreza e exclusão social acima mencionados, a medida do RSI acabou, também, por produzir efeitos perversos, sobretudo no que toca à manutenção de determinados padrões identitários e culturais que produzem efeitos ao nível da manutenção da dependência.

Com efeito, e focando em particular a situação das beneficiárias do concelho da Lagoa, denota-se a existência de um factor cultural e identitário muito enraizado e reproduzido socialmente que define o lugar da mulher na família como restrito à esfera privada na prestação de cuidados à casa, aos filhos e aos familiares.

Assim, e contrariamente àquilo que é definido na lei, que preconiza que a prestação deve ser um apoio temporário e que deve ser produzida a autonomização por via da inserção no mercado de trabalho, a medida acaba por reforçar este padrão cultural e identitário, entendendo as beneficiárias que o requerimento da prestação é uma alternativa ao ingresso no mercado de trabalho na colmatação das dificuldades financeiras advenientes, principalmente, da insuficiência de rendimentos, os quais provêm exclusivamente do salário dos elementos masculinos do agregado.

Assim, perversamente, o RSI acaba por ser percebido pelas beneficiárias e suas famílias como uma espécie de “ordenado vitalício” pelo desempenho das funções maternas e domésticas na família. É de salientar que o acto do matrimónio e o nascimento dos filhos são entendidos como aspectos legitimadores do direito ao recebimento e manutenção da prestação, e também como verdadeiros impedimentos ao ingresso no mercado de trabalho, sendo estes utilizados, frequentemente, como estratégias defensivas de sobrevivência das famílias e/ou beneficiários da medida (por exemplo a ocorrência de novas gravidezes aquando da cessação dos impedimentos para ingresso no mercado de trabalho). Neste contexto, percebe-se claramente que as acções acordadas nos Acordos de Inserção não são entendidas como algo essencial para garantir a inserção social e laboral das beneficiárias, mas antes como algo que deve ser cumprido para manter o benefício da prestação e não para proporcionar a sua autonomização como mulher, cidadã, pessoa de direitos e deveres.

Nesta sequência, surge-nos a terceira grande conclusão deste estudo que se refere às reais percepções das beneficiárias face à inserção no mercado de trabalho. De facto, e apesar de, nas entrevistas, a maioria das beneficiárias ter tecido considerações relativamente ao trabalho que o vislumbram como algo positivo, a que dão valor e que desejam, o que ocorre, na realidade, é que estas o entendem como algo cujo desempenho deve estar associado ao género masculino ou às mulheres que ainda não constituíram família. Com efeito, a maioria das beneficiárias associa sentimentos positivos à perda ou à falta de emprego, na medida em que este não é encarado como algo que contribua para a sua realização pessoal, profissional e social. Toda a sua realização centra-se nos aspectos familiares, sendo, para estas mulheres, identitariamente e socialmente mais prestigiante o desempenho exclusivo das funções

maternais, do que a sua conciliação com uma actividade profissional. Esta situação é tanto mais visível com o aumento das faixas etárias.

Em suma, a presente dissertação veio revelar e reforçar que apesar do quadro legal que suporta o RSI se encontrar bem estruturado no sentido da prevenção da manutenção da dependência, na realidade efectiva da aplicação prática da medida, tal não tem acontecido, sobretudo no que toca às mulheres, originando a existência de duas faces antagónicas numa mesma realidade: a face legal e a face feminina.

Deste modo, deixa-se aqui algumas sugestões para a melhoria de uma medida que, apesar dos seus pontos fracos, tem conseguido atingir os seus principais objectivos de atenuação das questões da pobreza e da exclusão social. Começamos por sugerir que a legislação deverá ser reforçada no que toca aos deveres e responsabilidades dos seus beneficiários. Importa não apenas enaltecer os direitos provenientes da medida, mas responsabilizar os beneficiários no cumprimento das suas obrigações, através de acções simultâneas de controlo e fiscalização da medida, na verdadeira acepção deste conceito e de acções de autonomização e inserção no mercado de trabalho.

Considera-se ainda que o quadro legal sairia reforçado se proporcionasse maior responsabilização e liberdade aos técnicos de acompanhamento na avaliação das situações de renovação da medida, conferindo uma temporalidade às famílias com possibilidades de inserção via laboral para o fazerem. Desta forma contrariar-se-ia o que ocorre actualmente de renovação sucessiva por vários anos da prestação sem que se produza verdadeira inserção profissional e social.

Importaria ainda a criação de maiores e melhores respostas comunitárias de ocupação e formação para mulheres desempregadas, de modo a que se tornasse possível a efectivação de uma espécie de “trabalho comunitário” como contrapartida ao recebimento da prestação.

É de salientar a relevância para o serviço social da realização pesquisas como a que deu corpo a esta dissertação, uma vez que estas são um contributo fundamental, não só para a produção de conhecimentos, mas também para um exercício profissional qualificado e ainda para garantir a participação dos assistentes sociais na concepção e ajustamento de medidas de política social.

BIBLIOGRAFIA

Aboim, Sofia e Karin Wall, (2002) “Tipos de família em Portugal: interações, valores e contextos”, *Análise Social*, XXXVII (163) Lisboa, pp. 475-506.

Amâncio, Lúcia (1998), *Masculino e Feminino – a construção social da diferença* (2ª Edição), Porto, Edições Afrontamento.

Albarelo, Luc, *et al.* (1997) *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Albert, Eric, *et al.* (2004), *Trabalhar para quê?*, Lisboa, Bertrand .

Almeida, Ana Nunes de (1985), “Trabalho Feminino e estratégias familiares”, *Análise Social*, XXI (85), pp. 7-44.

Almeida, Ana Nunes de (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papés”, em VALA, Jorge (org.), *Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 47-93.

ALMEIDA, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres, Karin WALL, (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em VIEGAS, José Manuel Leite e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Lisboa, Celta, pp. 45-78.

Almeida, João Ferreira de (1993), “Integração social e exclusão social: algumas questões”, *Análise Social*, XXVIII (123-124), 829-834.

Almeida, João Ferreira de (coord.)(1994), *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

Arendt, Hannah (1999), *A condição Humana*, Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.

Bardin, Larence (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa, Edições 70.

Benavente, Ana (coord.) (1996), *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa, Gulbenkian.

Blaikie, Norman (2000), *Designing Social Research*, Cambridge, Polity Press.

- Bertaux, Daniel (1978), *Destinos pessoais e estruturas de classe*, Lousã, Moraes Editores.
- Branco, Rui e Cristina Gonçalves (2001) “Exclusão Social e pobreza(s) em Portugal: uma primeira abordagem aos dados do painel dos agregados familiares na União Europeia (1994-1997)”, *Conferência Internacional – O modelo latino de Protecção Social*, ISEG.
- Capucha, Luís (1998 a), “ Pobreza, exclusão social e marginalidades”, Viegas, José Manuel e António Firmino da Costa, (orgs.) *Portugal, que modernidade?*, Lisboa, Celta, pp. 209-244.
- Capucha, Luís (coord.) (1998 b), *Rendimento Mínimo garantido: avaliação da fase experimental*, Lisboa, DEPP (MTS).
- Carmo, Hermano e Manuela Malheiro Ferreira (2008), *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-aprendizagem* (2ª Edição), Lisboa, Universidade Aberta.
- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social – uma crónica do salário*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Centeno, Luís, *et al*, (2001) *Percursos Profissionais de Exclusão Social*, Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Costa, Alfredo Bruto da, (2002), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, Alfredo Bruto da, *et al* (1985) *A pobreza em Portugal*, Lisboa, Cáritas.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras Celta.
- DGEEP – Direcção Geral de Estudos Estatísticas e Planeamento (2006), *Os Jovens e o Mercado de Trabalho*, Lisboa Ministério do Trabalho.
- Diogo, Fernando (2007a), *Pobreza, trabalho e identidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Diogo, Fernando (2007b), “Determinantes do trabalho feminino: princípios e dados sobre os Açores, consultado em <http://www.uac.pt/~fdiogo> em 12/11/2008.
- Diogo, Fernando (2003), *Trabalho, e RMG: tensão identitária e (re)produção das identidades sociais*, Ponta Delgada, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade dos Açores.

Diogo, Fernando (2006), “Singularidades do trabalho Feminino nos Açores: do macro ao microsocial”, Comunicação ao VI Encontro de Sociologia dos Açores, Ponta Delgada 27 e 28 de Novembro de 2006, Policopiado.

Dubar, Claude (1997), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.

Dubet, Francois e Antoine Véréout (2001), “Une «reduction» de la rationalité de l’acteur. Pourquoi sortir du RMI?” *Revue Française de Sociologie*, 42 (3), Jul/Set, pp 407/436.

Fitoussi, Jean-Paul e Pierre Rosanvallon, (1997) *A nova era das desigualdades*, Lisboa Celta.

Flick, Uwe (2005), *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa, Monitor.

Fortin, Marie-Fabienne (2003), *O processo de investigação: da concepção à realização* (3ª Edição), Loures, Lusociência.

Gauthier, Benoît (org.) (2003), *Investigação Social: da problemática à colheita de dados*, Loures, Lusociência.

Giddens, Anthony, (2008), *Sociologia* (6ª edição), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gough, Ian, (2001) “Do Welfare ao Workfare: integração social ou trabalho compulsivo” em Instituto para o Desenvolvimento Social, *Políticas e instrumentos de combate à pobreza na União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, Lisboa, IDS, pp. 51/63.

Guerra, Isabel (1999), “ A Nova Acção Social: Certezas e Perplexidades”, *Acção Social em Debate*, Lisboa, DGAS, NDTD, p. 45-64.

Guerra, Isabel Carvalho (2008), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentidos e formas de uso*, Cascais, Príncípa.

Instituto António Houaiss de Lexicografia de Portugal (2005), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates.

Laville, Jean Louis (2001), “Inserção e workfare na Europa: perspectiva histórica e ideológica – reflexões a partir do exemplo francês” em Instituto para o Desenvolvimento Social, *Políticas e instrumentos de combate à pobreza na União Europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, Lisboa, IDS, pp. 141/165.

Lei 19-A/96 de 29 de Julho

Lei 13/2003 de 21 de Maio

Maia, Rui Leandro (coord.) (2002), *Dicionário de Sociologia*, Porto, Porto Editora.

Martins, Alcina, “Serviço Social e Investigação” (1999), em Negreiros, M. Augusta *et al.*, *Serviço Social, Profissão & Identidade: Que trajectória?* Lisboa, Veras Editora.

Medina, Henrique (1996), *As Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2002), *Avaliação de Impactes do RMG*, Lisboa, Instituto para o Desenvolvimento Social, vols. 1 e 5.

Mishra, Ramesh (1995), *O Estado Providência na Sociedade Capitalista*, Oeiras, Celta.

Moller, Iver Hornemann, HESPANHA, Pedro, (2002) “Padrões de exclusão e estratégias pessoais”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, Dezembro, pp. 55-79.

Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta.

Parsons, Talcott (1956), “The american family” em Parsons T. e R. F. Bales (orgs), *Family, Socialization and the interaction process*, Londres, Routledge.

Paugam, Serge (2003), *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*, editora Cortez.

Poeschl, Gabrielle (2000), “Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideias”, *Análise Social*, XXXV (1569, Lisboa, pp.695-719.

Pontes, Inésia (2006), *As trajectórias sociais dos lavradores micaelenses*, Ponta Delgada, Trabalho final do Seminário do curso de Sociologia (polifotocopiado).

Rosanvallon, Pierre (1984), *A Crise do Estado Providência*, Lisboa, Editorial Inquérito.

Rubin, Allen, BABBIE, Earl (2008), *Research Methods for Social Work* (6th Edition), International Student Edition, USA, Thompson Books.

Sampieri, Roberto Hernández *et al* (2006), *Metodologia de Pesquisa* (3^a Edição), São Paulo, McGrawHill.

Saraceno, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa.

Silva, Pedro Adão e (1998), “O rendimento mínimo garantido e a nova questão social”, *Sociedade e Trabalho* (3), pp. 39-49.

Torres, Anália, (2002) “Casamento: conversa a duas vozes e três andamentos”, *Análise Social*, XXXVII (163), Lisboa, pp.569-602.

Viegas, José Manuel Leite (1998), “ Elites e cultura política – liberalização económica e políticas sociais no contexto da integração comunitária” em Viegas, José Manuel Leite e António Firmino da Costa, (orgs.) (1998) *Portugal, que modernidade?*, Lisboa Celta.